



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR N 031/2002 – De 12 de novembro de 2002.

ALTERA E CONSOLIDA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUATAPAR E D OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS STELLA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que a Lei lhe confere;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou em Sessão Ordinária realizada no dia 1 de outubro de 2002, o Projeto de Lei Complementar n.é 006/2001 com as Emendas, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

LIVRO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1 - Esta lei institui o Código Tributário do Município de Guatapar, dispondo sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alquotas, lançamento, arrecadação, fiscalização de tributos, disciplinando a aplicação de penalidades, a concessão de isenções e administração tributária.

Artigo 2 - Compõem o sistema tributário do Município:

I - Impostos:

- a) Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- b) Sobre Transmissão "Inter-Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imoveis e de direitos reais sobre ele.

c) Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

II - Taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

III - Contribuição de Melhoria, decorrent de obras públicas.

Artigo 3 - Para serviços cuja natureza não comporte a cobrança de taxas, serão estabelecidos, pelo Executivo Municipal, preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

TÍTULO II

CAPÍTULO ÚNICO

DAS IMUNIDADES

Artigo 4 - São imunes dos impostos municipais:

I - o patrimnio e os serviços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e respectivas autarquias, cujos serviços sejam vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

II - os templos de qualquer culto;

III - o patrimnio e os serviços dos partidos políticos inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos do Artigo 5.

 1 - O disposto no inciso I, deste Artigo não se estende aos serviços públicos concedidos, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incidir sobre imóvel de promessa de compra e venda.

 2 - O disposto neste Artigo não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte e não dispensa da prática de atos previstos em lei, assegurtorios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

 3 - A imunidade não abrange as taxas e a contribuição de melhoria e não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias.

Artigo 5 - O disposto no inciso III, do Artigo 4, subordina-se  observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimnio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

 1 - Na falta de cumprimento do disposto neste Artigo, ou no parágrafo 3, do Artigo 4, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

 2 - Os serviços a que se refere o inciso III, do Artigo 4, são, exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este Artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos consecutivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

TÍTULO III

DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I

DO I.P.T.U. - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

SUB-CAPÍTULO I

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Artigo 6 - O Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de terreno localizado na zona urbana do Município.

Parágrafo nico - Considera-se ocorrido o fato gerador, em 1 de Janeiro de cada ano, para todos os efeitos legais.

Artigo 7 - O contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor do terreno, a qualquer título.

Artigo 8 - O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de terreno que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado comprovadamente, em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial.

Artigo 9 - As zonas urbanas, para os efeitos deste imposto, são aquelas fixadas por lei, nas quais existam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, constituídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de gua;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de três quilmetros do terreno considerado.

Parágrafo nico - O Poder executivo fixará periodicamente, a delimitação da zona urbana do município, que vigorará para efeitos deste imposto a partir do exercício seguinte ao da fixação.

Artigo 10 - Também são consideradas zona urbana as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, ao comércio ou  indústria, mesmo que localizadas fora das zonas definidas nos termos do Artigo anterior.

Artigo 11 - Para os efeitos deste imposto, considera-se terreno o solo sem benfeitoria ou edificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

e o terreno que contenha:

- I - construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;
- II - construção em andamento ou paralisada;
- III - construção em ruínas, em demolição, condenada ou interdita;
- IV - construção que a autoridade competente considere inadequada, quanto  área ocupada, para a destinação ou utilização pretendida.

Parágrafo nico - Considera-se não edificada a área de terreno que exceder a cinco vezes a área construida.

SEÇÃO II

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Artigo 12 - A base de cáculo do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana é o valor venal do imóvel.

- a) terreno sem muro ou mureta e sem passeio calçado: 3% (três por cento);
- b) terreno com muro ou mureta, mas sem passeio calçado: 2,5 % (dois virgula cinco por cento);

Parágrafo nico - as alíquotas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro quando:

- a) para os terrenos com mais de mil e quinhentos metros quadrados, includos neste caso os previstos no artigo 11, parágrafo único;
- b) para os terrenos situados no mesmo setor e cadastrados em nome de um mesmo contribuinte, permanecendo a alíquota inalterada apenas para um dos lotes de menor valor venal.

Artigo 13 - O valor venal do imóvel será obtido pela multiplicação de sua área pelo valor do metro quadrado do terreno apurado e editado pelo Poder Executivo.

Parágrafo nico - Na determinação do valor do metro quadrado do terreno:

I - Não serão considerados:

- a) o valor dos bens móveis nele mantidos para uso ou embelezamento;
- b) o valor das edificação, entre estas as previstas no artigo 11.

II - São considerados:

- a) a localização;
- b) existência de equipamentos urbanos;
- c) o numero de testadas;
- d) indice de correção por fatores de situação, topografia, medidas irregulares, alteração ambientais e outros que possam descaracterizar o terreno em relação aos demais dentro da mesma rea.

Artigo 14 - O poder Executivo editar Planta Genérica de Valores contendo:

I - valores do metro quadrado de terreno;

II - fatores de correção e respectivos critérios de aplicação aos valores do metro quadrado de terreno.

 1 - Os valores constantes da Planta Genérica de Valores, serão atualizados anualmente por iniciativa de Lei do Executivo, antes do lançamento deste imposto, até o indice oficial que reflita a inflação do ano anterior.

 2 - Na determinação do valor venal do bem imóvel não serão considerados:

- a) o valor dos bens móveis nele mantidos em caráter permanente ou temporário, para efeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

de utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;

b) as vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão;

c) o valor das construções ou edificações, nas hipoteses previstas nos incisos I, II, III e IV do

Artigo 11, deste codigo.

SEO III

DA INSCRIO

Artigo 15 - A inscrio no Cadastro Fiscal Imobiliário  obrigatória, devendo ser promovida pelo contribuinte, separadamente, para cada terreno de que for proprietário, titular do domínio ou possuidor a qualquer título, mesmo que seja beneficiado por imunidade ou iseno.

Parágrafo nico - São sujeitos a uma só inscrio, requerida com a apresentação de planta ou croqui:

I - as glebas sem quaisquer melhoramentos;

II - as quadras indivisas das áreas arruadas.

Artigo 16 - O contribuinte é obrigado a promover a inscrio em formulário especial fornecido pela Prefeitura, sob sua responsabilidade. Sem prejuizo de outras informações que poderão ser exigidas pela Prefeitura, declarar:

I - seu nome, qualificação e domicílio fiscal;

II - número anterior, no Registro de Imóveis, do registro do título relativo ao terreno;

III - localização, dimensões, área e confrontações do terreno;

IV - uso a que efetivamente está sendo destinado o terreno;

V - informações sobre o tipo de construção, se existir;

VI - indicações da natureza do título aquisitivo da propriedade ou do domínio útil e do número de seu registro no Registro de Imóveis competente;

VII - valor constante do título aquisitivo;

VIII - se tratar de posse, indicação do título que a justifica, se existir e o valor atribuido a mesma;

IX - endereço para entrega de avisos de lançamentos e notificações.

Artigo 17 - O contribuinte é obrigado a promover sua inscrio dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da:

I - convocação eventualmente feita pela Prefeitura;

II - demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no trreno;

III - aquisição ou promessa de compra de terreno;

IV - aquisição ou promessa de compra de parte de terreno, não construida, desmembrada ou ideal;

Artigo 18 - Os responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer até o mês de outubro de cada ano, ao Cadastro Fiscal Imobiliário, relação dos lotes que no ano anterior tenham sido alienados definitivamente, ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador e o endereço do mesmo, o número de quadra, o lote, e o valor da transação a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro Fiscal Imobiliário

Artigo 19 - O contribuinte omissão será inscrito, de ofício, no Cadastro Fiscal Imobiliário, observado o disposto no inciso I, do Artigo 27.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo nico - Equipara-se ao contribuinte omissor o que apresentar formulário de inscrio com informaes falsas, erradas ou omitidas dolosamente.

SEO IV

DO LANÇAMENTO

Artigo 20 - O imposto será lançado anualmente, observando-se a situao do terreno no Cadastro Fiscal Imobiliário, em 1 de janeiro do ano a que corresponder o lançamento.

Parágrafo nico - Tratando-se de terreno no qual sejam concluídas s obras durante o exercício, o imposto será devido até o final do ano em que seja expedido o "Habite-se" ou "Visto de Conclusão".

Artigo 21 - O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar da inscrio no Cadastro Fiscal Imobiliário.

 1 - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrio no Cadastro Fiscal Imobiliário do compromissrio comprador.

 2 - Tratando-se de terreno que seja objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, o lançamento será feito em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

Artigo 22 - Enquanto não prescrito o direito da Fazenda Municipal, o lançamento poderá ser revisto, de ofício, aplicando-se para a revisão as normas previstas no Artigo 279.

 1 - O pagamento da obrigao tributária, objeto de lançamento anterior, será considerado como pagamento parcial, do total devido pelo contribuinte em consequência da revisão de que trata este Artigo.

 2 - O lançamento complementar resultante de revisão não invalida o lançamento anterior.

Artigo 23 - O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do terreno, ou da satisfao de quaisquer exigências administrativas para a utilizao do imóvel.

Artigo 24 - O lançamento considera-se regularmente notificado ao sujeito passivo com entrega do aviso, no local a que este se referir, ao contribuinte ou responsável ou ainda a seus prepostos ou empregados.

Parágrafo nico - Comprovada a impossibilidade da entrega do aviso referido neste Artigo, ou no caso de recusa do seu recebimento, a notificao do lançamento far-se- por Edital publicado na imprensa.

SEO V

DAS FORMAS DE PAGAMENTO

Artigo 25 - O pagamento do Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana poderá ser processar, nos prazos estipulados pelo Poder Executivo nos avisos de lançamento, da seguinte forma:

I - Desconto de 10 % (dez por cento), para pagamento  vista.

II - Em até 11 (onze) parcelas mensais, passando o valor originário da obrigao tributária a ser expresso em moeda corrente.

 1 - Considera-se pagamento  vista, para efeito do disposto no inciso I deste Artigo, aquele



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

efetuado na data de recebimento do aviso de lançamento ou, no máximo, até 15 (quinze) dias após aquela data.

§ 2 - Nenhuma parcela poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.

Artigo 26 - O pagamento do imposto não implica reconhecimento pela Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do terreno.

SEÇÃO VI

DAS PENALIDADES

Artigo 27 - Constituem infrações às normas atinentes ao Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana, com as correspondentes penalidades:

I - falsidade ou omissão em declaração ou documento praticada com o propósito de obtenção indevida de isenção:

PENALIDADE: multa correspondente a 100% (cem por cento) do imposto devido, em cada exercício, corrigido monetariamente, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - a falta de pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte:

a)  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o último dia útil do mês do vencimento do tributo;

b)  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 1 (primeiro) dia útil do mês subsequente do vencimento do tributo;

c)  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor do débito.

SEÇÃO VII

DA ISENÇÃO

Artigo 28 - São isentos do imposto os imóveis, pertencentes ao patrimnio de particulares, quando cedidos gratuitamente ao Município para instalação de serviços públicos, enquanto perdurar a cessão.

Artigo 29 - A isenção condicionada será solicitada em requerimento, por parte do interessado, que deve ser apresentado até o vencimento do prazo final fixado em cada ano para o pgamento do imposto, sob pena de perda do benefício fiscal no exercício.

Parágrafo nico - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios; devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se àquela documentação.

Artigo 30 - A isenção do imposto não acarreta, em nenhuma hipótese, isenção das taxas relativas ao imóvel.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

SUB-CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Artigo 31 - O Imposto Sobre a Propriedade Predial Urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel construido, localizado na zona urbana do Município.

 1 - Considera-se imóvel construido ou prédio, para todos os efeitos de lançamento deste imposto, o terreno com as respectivas construes e ou edificaes permanentes, ainda que parcialmente construidas, desde que possam servir para uso, habitação, recreio ou o exercício de quaisquer outras atividades, independente da observância de quaisquer dispositivos legais pertinentes às construes, bem como  concessão de "Habite-se" ou "Visto de Conclusão".

 2 - Considera-se ocorrido o fato gerador deste imposto em 1 de janeiro de cada ano, para todos os efeitos legais.

Artigo 32 - O contribuinte do Imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel construido.

Artigo 33 - O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel construido que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro industrial.

Artigo 34 - O imposto é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel que, mesmo localizado fora da zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro industrial não se destine ao comércio.

Parágrafo nico - Considera-se sítio de recreio, para os efeitos deste imposto, o definido pela legislação federal.

Artigo 35 - Para os efeitos deste imposto considera-se zona urbana a definida nos Artigos 09 e 10 deste código.

SEÇÃO II

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Artigo 36 - A base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial Urbana é o valor venal do imóvel construido, ao qual se aplicam as alíquotas a seguir previstas:

I - para uso residencial.....	0,2%
II - para uso comercial.....	0,3%
III - para uso industrial.....	0,4%
IV - para uso bancário.....	0,5%



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 37 - O valor venal do imovel compõem-se do valor do terreno, apurado em conformidade com o disposto no Artigo 13, acrescido do valor da edificação.

 1 - O valor da edificação será determinado pela sua avaliação:

- I - pelos valores declarados pelos contribuintes;
- II - pelas transao ocorridas na área respectiva;
- III - pela avaliação do Imovel considerando:
 - a) características físicas dos imoveis;
 - b) localização geral e específica dos imoveis e
 - c) equipamentos urbanos existentes.

IV - pelos valores fixados para desapropriação amigável ou judicial na área respectiva; e

V - outros dados Informativos obtidos pela Administração Municipal.

 2 - O Poder Executivo editar mapas contendo:

- I - valores do metro quadrado do terreno;
- II - valores do metro quadrado de edificação, segundo o tipo e o padrão;
- III - fatores de correção e os respectivos critérios de aplicação.

 3 - Os valores constantes dos mapas serão atualizados anualmente, por iniciativa de Lei do Executivo, antes do lançamento deste imposto, até o ndice oficial que reflita a inflação do ano anterior.

Artigo 38 - Na determinação do valor venal não serão considerados:

- I - o valor dos bens moveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no bem imovel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;
- II - telheiros e barracões de construção precária ou provisória;
- III - o valor das construo ou edificao, nas hipóteses previstas nos incsos I a IV, do Artigo 11 deste código.

SEÇÃO III

DA INSCRIÇÃO

Artigo 39 - A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário  obrigatória, devendo ser promovida pelo contribuinte separadamente, para cada imovel construido de que for proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título mesmo nos casos de imunidade ou isenção.

Artigo 40 - Para o requerimento de inscrição de imovel construido aplicam-se as disposio do Artigo 16, incsos I a IX, com o acréscimo das seguintes informao:

- I - dimensões e área construida do imovel;
- II - rea do pavimento térreo;
- III - número do pavimento;
- IV - data de conclusão da construção;
- V - informao sobre o tipo de construção;
- VI - número e natureza dos cmodos.

Artigo 41 - O contribuinte é obrigado a promover a inscrição ou atualização das informao no Cadastro Fiscal Imobiliário dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da:

- I - convocação eventualmente feita pela Prefeitura;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

II - aquisição ou promessa de compra de imovel construido;

III - aquisição ou promessa de compra de parte de imovel construido, desmembrado ou ideal;

IV - posse de imovel construido exercida a qualquer tıtulo.

Paragrafo nico - é de total responsabilidade do comprador do imovel, dentro do prazo estabelecido nesta Lei, e apos firmada a compra do imovel, a qualquer tıtulo, efetuar a transferência no Cadastro Fiscal Imobiliário, cumprindo todas as exigências no que tange aos documentos e esclarecimentos necessários para a regularização do imovel adquirido.

Artigo 42 - O contribuinte omissos será inscrito de ofício, observando o disposto no inciso I, do Artigo 52.

Paragrafo nico - Equipara-se ao contribuinte omissos o que apresentar formulário de inscrição com informaoes falsas, erradas ou omitidas dolosamente.

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO

Artigo 43 - O imposto será lançado anualmente, observando-se o estado do imovel em 1 de janeiro do ano a que corresponder o lançamento.

Artigo 44 - O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar da inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário.

 1 - No caso de imovel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário do compromissrio comprador.

 2 - Tratando-se de imovel que seja objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, o lançamento será feito em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

Artigo 45 - Nos casos de condomínio, o imposto será lançado em nome de um, de alguns ou de todos os co-proprietários, nos dois primeiros casos, sem prejuizo da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do tributo.

Artigo 46 - O lançamento do imposto será distinto, um para cada unidade autnoma, ainda que contiguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

Artigo 47 - Enquanto não prescrito o direito da Fazenda Municipal o lançamento poderá ser revisto de ofício aplicando-se, para a revisão, as normas previstas no Artigo 279.

 1 - O pagamento da obrigação tributária objeto de lançamento anterior será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte, em consequência de revisão de que trata este Artigo.

 2 - O lançamento complementar resultante da revisão não invalida o lançamento anterior.

Artigo 48 - O imposto será lançado, independentemente da regularidade jurídica dos tıtulos de propriedade, domínio útil ou posse do imovel, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imovel.

Artigo 49 - O lançamento considera-se regularmente notificado ao sujeito passivo com entrega do aviso, no local a que este se referir, ao contribuinte ou responsável ou ainda a seus prepostos ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

empregados.

Parágrafo nico - Comprovada a impossibilidade da entrega do aviso referido neste Artigo, ou no caso de recusa do seu recebimento, a notificação do lançamento far-se- por Edital publicado na imprensa.

SEÇÃO V

DAS FORMAS DE PAGAMENTO

Artigo 50 - O pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial Urbana poderá ser processar nos prazos estipulados pelo Poder Executivo, nos avisos de lançamentos, da seguinte forma:

I - Desconto de 10 % (dez por cento), para pagamento  vista.

II - Em até 11 (onze) parcelas mensais.

 1 - Considera-se pagamento  vista, para efeito do disposto no inciso I deste Artigo, aquele efetuado na data de recebimento do aviso de lançamento ou, no máximo, até 15 (quinze) dias após aquela data.

 2 - Nenhuma parcela poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.

Artigo 51 - O pagamento do imposto não implica o reconhecimento, pela Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

SEÇÃO VI

DAS PENALIDADES

Artigo 52 - Constituem infrações às normas atinentes ao Imposto Sobre a Propriedade Predial Urbana, com as correspondentes penalidades:

I - falsidade ou omissão em declaração ou documento praticados com o propósito de obtenção indevida de isenção:

PENALIDADE: multa correspondente a 100% (cem por cento) do imposto devido, em cada exercício, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - a falta de pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte:

a)  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, corrigido monetariamente até o último dia útil do mês do vencimento do tributo;

b)  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 1 (primeiro) dia útil do mês subsequente do vencimento do tributo;

c)  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor do débito.

SEÇÃO VII

DA ISENÇÃO

Artigo 53 - São isentos do imposto os imóveis construídos pertencentes ao patrimnio de particulares, quando cedidos gratuitamente ao Município para instalação de serviços públicos, enquanto



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

perdurar a cessão.

Artigo 54 - A iseno condicionada, será solicitada em requerimento, por parte do interessado, que deve ser apresentado até o vencimento do prazo final fixado em cada ano para o pagamento do imposto, sob pena de perda do benefício fiscal no exercício.

Parágrafo nico - A documentao apresentada com o primeiro pedido de iseno poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovao da iseno referir-se queia documentao.

Artigo 55 - A iseno do imposto não acarreta, em nenhuma hipótese, iseno das taxas relativas ao imóvel.

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS", A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE ELES

ITBI

SEO I

DO FATO GERADOR

Artigo 56 - O imposto Sobre Transmissão de Propriedade "Inter-Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre eles tem como fato gerador:

- I - a transmissão de bem imóvel por natureza ou por acesso física;
- II - a transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
- III - a cessão de direitos relativos à aquisio de bens imóveis;

Artigo 57 - O fato gerador deste imposto ocorrerá no território do Município da situao do bem.

SEO II

DA INCIDÊNCIA E NÃO INCIDÊNCIA

Artigo 58 - O imposto incidirá especificamente sobre:

- I - a compra e venda;
- II - a dao em pagamento;
- III - a permuta;
- IV - o mandato em causa própria, ou com poderes equivalentes, para a transmissão de bem imóvel e respectivo subestabelecimento, ressalvado o caso de o mandatrio receber a escritura definitiva do imóvel;
- V - a arrematao, a adjudicao e a remio;
- VI - as divisões de patrimnio comum ou partilha, quando for atribuído a um dos cônjuges, separado ou divorciado, valor dos bens imóveis acima da respectiva meao;
- VII - as divisões para extino de condomínio de bem imóvel, quando for recebida por qualquer condomínio quota-parte material cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal;
- VIII - aquisio de imóveis por usucapião;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

- IX - cessão de exercício de direito do usufruto, enfitese e subenfitese;
- X - as rendas expressamente constituídas sobre bem imóvel;
- XI - a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematao ou adjudicao;
- XII - a cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda e de promessa de cessão;
- XIII - a cessão de direitos de concessão real de uso;
- XIV - a cessão de direitos  sucessão;
- XV - a cessão de benfeitorias e construes em terreno compromissado  venda ou alheio;
- XVI - a acesso física quando houver pagamento de indenizao;
- XVII - a cessão de direitos possessórios;
- XVIII - a promessa de transmissão de propriedades, através de compromisso devidamente quitado;
- XIX - todos os demais atos onerosos, translativos de bens imóveis, por natureza ou acesso física, e constitutivos de direitos reais sobre bens imóveis e demais cessões de direitos a eles relativos.

Artigo 59 - O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos quando:

I - os adquirentes forem, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundaes instituídas e mantidas pelo Poder Público para atendimento de suas finalidades essenciais;

II - o adquirente for entidade religiosa para atendimento de suas finalidades essenciais;

III - os adquirentes forem partidos políticos, inclusive suas fundaes, entidades sindicais de trabalhadores, instituies de educao e assistência social sem fins lucrativos que preencham os requisitos do parágrafo 7 deste Artigo, para atendimento de suas finalidades essenciais;

IV - efetuada para incorporao ao patrimnio de pessoas jurídicas em realizao de capital;

V - decorrente de fusão, incorporao, cisão ou extino de pessoa jurídica;

VI - efetuada a transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária;

VII - o bem imóvel voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocesso, pacto de melhor comprador ou condio resolutiva, mas não será restituído o imposto que tiver sido pago pela transmissão originária;

VIII - os casos regulados em leis especiais.

 1 - O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso IV deste Artigo, em decorrência da sua desincorporao do patrimnio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

 2 - O disposto nos incisos IV e V deste Artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda de bens imóveis ou direitos, locao ou arrendamento de bens imóveis.

 3 - Considera-se caracterizada a atividade preponderante, referida no parágrafo anterior, quando no objeto social da pessoa jurídica constar a atividade de construo civil, incorporao de imóveis, compra e venda de bens imóveis ou de direitos, locao ou arrendamento de bens imóveis.

 4 - Se a pessoa jurídica que usufruir dos benefícios deste Artigo nos seus incisos IV e V, e nos 12 meses subsequentes  aquisio do imóvel, alterar os seus objetivos sociais para o previsto no parágrafo 3, ficará sujeito ao recolhimento do imposto nos termos da lei vigente à data da aquisio.

 5 - Verificada a ocorrência a que se referem os parágrafos 3 e 4, tornar-se-é devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisio e sobre o valor atualizado do bem imóvel ou dos direitos sobre ele.

É 6 - Não se considera preponderante a atividade para os efeitos do parágrafo 2 deste Artigo



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

quando a transmissão de bens ou direitos for realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

§ 7º - As instituições de educação e assistência social deverão observar os seguintes requisitos:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado;

II - aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

III - manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar perfeita exatidão.

SEÇÃO III

DO SUJEITO PASSIVO

Artigo 60º - Será devido novo imposto quando as partes resolverem a retratação do contrato que já houver sido celebrado.

Artigo 61º - O Imposto de Transmissão de Propriedade "Inter-Vivos" é devido, e como tal, será pago integralmente:

I - pelo adquirente do bem, direito ou ação;

II - pelas pessoas jurídicas a cujo patrimônio sejam ou estejam incorporados os imóveis.

Artigo 62º - São responsáveis solidariamente pelo pagamento do imposto devido:

I - o transmitente e o cedente nas transmissões que se efetuarem sem o pagamento do imposto;

II - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, desde que o ato de transmissão tenha sido praticado por eles ou perante eles.

SEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Artigo 63º - A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitido.

§ 1º - Não serão abatidas do valor venal quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitidos.

§ 2º - Nas cessões de direitos à aquisição será deduzida da base de cálculo o valor ainda não pago pelo cedente.

Artigo 64º - Para efeito de recolhimento do imposto deverá ser utilizado o valor constante do instrumento de transmissão ou cessão.

§ 1º - Prevalecerá o valor venal do imóvel apurado no exercício, com base na Planta Genérica de Valores do Município, quando o valor referido no "caput" for inferior.

§ 2º - O valor alcançado na forma do parágrafo anterior deverá ser atualizado, periodicamente, pelo Executivo.

§ 3º - Em caso de imóvel rural os valores referidos no "caput" não poderão ser inferiores ao valor fundiário devidamente atualizado aplicando-se, se for o caso, os índices de correção fixados pelo Governo Federal, à data do recolhimento do imposto.

§ 4º - Na arrematação, na adjudicação e na remição de bens imóveis, a base de cálculo será o valor



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

estabelecido pela avaliação ou o preço pago, se este for maior.

 5 - Nos casos de divisão do patrimnio comum, partilha ou extinção de condomínio, a base de cáculo será o valor da frao ideal superior  meação ou  parte ideal.

 6 - Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, usufruto, enfiteuse, subenfiteuse e na cessão de direitos e acesso física, a base de cáculo será o valor do negócio jurídico.

 7 - Nas permutas o imposto será cobrado dos adquirentes permutantes, tomando-se por base um dos valores permutados, quando iguais, ou o valor maior, quando diferentes.

 8 - O valor mínimo fixado para as transmissões referidas no parágrafo 6 é o seguinte:

I - nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis a base de cculo será o valor do negcio ou 30% (trinta por cento) do valor venal do imóvel, se maior;

II - no usufruto e na cesso do exercício de seus direitos, a base de cculo será o valor do negcio jurídico, ou 70% (setenta por cento) do valor venal do imóvel, se maior;

III - na enfiteuse e subenfiteuse a base de cculo será o valor do negcio jurídico ou 80% (oitenta por cento) do valor venal do imóvel, se maior;

IV - no caso de acesso física será o valor da indenização;

V - na concessão de direito real de uso a base de cáculo será o valor do negócio jurídico ou 40% (quarenta por cento) do valor venal do imóvel, se maior.

Artigo 65 - As alíquotas do imposto são as seguintes:

I - transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação:

a) sobre o valor efetivamente financiado: 0,5% (meio por cento)

b) sobre o valor restante: 2% (dois por cento).

II - demais transmissões: 2% (dois por cento)

SEÇÃO V

DO PAGAMENTO

Artigo 66 - O imposto será pago antes da data do ato da lavratura ou expedição do instrumento de transmissão dos bens imóveis e direitos a eles relativos.

À 1 - Recolhido o imposto os atos ou contratos correspondentes deverão ser efetivados no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de caducidade do documento de arrecadação.

 2 - Mesmo nos casos de isenção serão expedidas guias com todas as especificações e com a citação do dispositivo legal que ampare a isenção

Artigo 67 - Na arrematação, adjudicação ou remição, o imposto será pago dentro de 30 (trinta) dias daqueles atos, antes da assinatura da respectiva carta, mesmo que esta não seja extraída.

Artigo 68 - Nas transmissões decorrentes de termo e de sentença judicial, o imposto será recolhido 30 (trinta) dias após a data da assinatura do termo ou do trânsito em julgado da sentença.

Artigo 69 - Nas promessas ou compromissos de compra e venda, é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do bem imóvel.

 1 - Optando-se pela antecipação a que se refere este Artigo, tomar-se- por base o valor do bem imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Imposto sobre o acréscimo do valor verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2 - Verificada a redução do valor não se restituir a diferença do imposto correspondente.

Artigo 70 - O imposto será restituído quando indevidamente recolhido ou quando não se efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago.

SEÇÃO VI

DA RESPONSABILIDADE

Artigo 71 - O Decreto regulamentar estabelecer os prazos, os modelos de formulários e outros documentos necessários  fiscalização e ao pagamento do imposto.

Artigo 72 - Os serventrios de justiça não praticarão quaisquer atos atinentes a seu ofício nos instrumentos públicos ou particulares relacionados com a transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, sem a prova do pagamento do imposto.

Parágrafo nico - Em qualquer caso de incidência será o documento de arrecadação do imposto obrigatoriamente transcrito na escritura ou documento.

Artigo 73 - Os serventrios de justiça estão obrigados a facultar aos encarregados da fiscalização municipal o exame, em cartório, dos livros, autos e papéis que interessem  arrecadação do imposto.

Artigo 74 - Os tabeliães estão obrigados a, no prazo de 15 (quinze) dias dos atos praticados, comunicar todos os atos transladativos de domínio imobiliário, identificando-se o objeto da transação, nome das partes e demais elementos necessários ao Cadastro Imobiliário Municipal através de formulário especial numerado tipograficamente fornecido pela Prefeitura Municipal.

Artigo 75 - Havendo a inobservância do constante dos Artigos 72, 73 e 74, será aplicada a penalidade de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por infração, elevada ao dobro na reincidência.

SEÇÃO VII

DAS PENALIDADES

Artigo 76 - A falta de pagamento do imposto nos prazos fixados sujeitará o contribuinte e o responsável:

I -  correção do débito calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal;

II -  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido;

III -  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o valor do débito originário atualizado monetariamente.

Artigo 77 - A omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte  multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto sonegado, corrigido mediante a aplicação de coeficiente de atualização, nos termos da legislação em vigor, ou a que vier substitui-la;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo nico - Igual multa será aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou que, por qualquer forma, contribua para a inexatidão ou omissão praticada.

SEÇÃO VIII

DO ARBITRAMENTO

Artigo 78 - Sempre que sejam omissos, ou não mereçam f, as declarações ou os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo, ou pelo terceiro legalmente obrigado mediante processo regular, a Administração Pública poderá arbitrar o valor referido no Artigo 64.

Parágrafo nico - Não caberá arbitramento se o valor venal do bem imóvel constar de avaliação contraditória administrativa ou judicial.

Artigo 79 - A Planta Genérica de Valores constante do parágrafo 1, do Artigo 64, deverá ser remetida aos Cartórios de Registro Imobiliários da Comarca, para os devidos fins.

Artigo 80 - Em caso de dívida os serventuários da Justiça dirigirão suas consultas  repartição da cobrança do imposto e procederão na conformidade do que for decidido.

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

ISS

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Artigo 81 - Constitui fato gerador do Imposto Sobre Serviços a prestação, por empresa ou profissional autnomo, com domicílio tributário no município, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante da seguinte Lista:

LISTA DE SERVIÇOS	
SERVIÇOS DE:	
001 -	Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres
002 -	Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres
003 -	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres
004 -	Enfermeiros, obstetras, ortpticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária)
005 -	Assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2 e 3 desta Lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados
006 -	Planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 desta Lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano

17



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

007 -	Fisioterapeutas
008 -	Médicos veterinários
009 -	Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres
010 -	Guarda, tratamento, amestramento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais
011 -	Barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres
012 -	Banhos, duchas, sauna, massagens, ginásticas e congêneres
013 -	Varro, poda, corte, capinação, coleta, remoção e Incineração de lixo
014 -	Limpeza e dragagem de portos, rios e canais
015 -	Limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins
016 -	Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres
017 -	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos
018 -	Incineração de resíduos quaisquer
019 -	Limpeza de chaminés
020 -	Saneamento ambiental e congêneres
021 -	Assistência Técnica
022 -	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta Lista, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados consultoria técnica, financeira ou administrativa
023 -	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa
024 -	Análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informação, coleta e processamento de dados de qualquer natureza
025 -	Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres
026 -	Pericias, laudos, exames técnicos e análises técnicas
027 -	Tradução e interpretação
028 -	Avaliação de bens
029 -	Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres
030 -	Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza
031 -	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia
032 -	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao I.C.M.S.)
033 -	Demolição
034 -	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços que fica sujeito ao I.C.M.S.)
035 -	Pesquisa, perfuração, cimento, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo e gás natural
036 -	Florestamento e reflorestamento
037 -	Escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres
038 -	Paisagismo, jardinagem e decoração.
039 -	Raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias
040 -	Ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimento, de qualquer grau ou natureza



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

041 -	Planejamento, organizao e administrao de feiras, exposioes, congressos e congêneres
042 -	Organizao de festas e recepoes: buffet.
043 -	Administrao de bens e negócios de terceiros e de consórcio
044 -	Administrao de fundos mútuos
045 -	Agenciamento, corretagem ou intermediao de cmbio, de seguros e de planos de previdncia privada
046 -	Agenciamento, corretagem ou intermediao de títulos quaisquer
047 -	Agenciamento, corretagem ou intermediao de direitos de propriedade industrial, artística ou literária
048 -	Agenciamento, corretagem ou intermediao de contratos de franquia (franchise) e de faturao (factoring)
049 -	Agenciamento, organizao, promoo e execuo de programas de turismo, passeios, excursoes, guias de turismo e congêneres
050 -	Agenciamento, corretagem ou intermediao de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 45,46,47 e 48
051 -	Despachantes
052 -	Agentes da propriedade industrial
053 -	Agentes da propriedade artística ou literária
054 -	Leilão
055 -	Regulao de sinistros cobertos por contratos de seguros, inspeo e avaliao de riscos para cobertura de contratos de seguros, preveno e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguros
056 -	Armazenamento, dposito, carga, descarga, arrumao e guarda de bens de qualquer espécie (exceto dpositos feitos em instituioes financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central)
057 -	Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres
058 -	Vigilância ou segurança de pessoas e bens
059 -	Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do Município
060 -	Diversoes públicas:
	a) cinemas, "taxi-dancings" e congêneres
	b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos
	c) exposioes, com cobrança de ingresso
	d) bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão, ou pelo rádio
	e) Jogos Eletrnicos
	f) competioes esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participao do espectador, inclusive a venda de direitos a transmissão pelo rádio ou pela televisão
	g) execuo de música, individualmente ou por conjunto
061 -	Distribuio e venda de bilhete de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prmios
062 -	Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissoes radiofônicas ou de televisão)
063 -	Gravao e distribuio de filmes e vídeo-tapes
064 -	Fonografia ou gravao de sons ou ruidos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora
065 -	Fotografia e cinematografia, inclusive revelao, ampliao, cópia, reproduo e trucagem
066 -	Produo para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

	congêneres
067 -	Colocao de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço
068 -	Lubrificao, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos.
069 -	Conserto, restaurao, manuteno e conservao de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto.
070 -	Recondicionamento de motores.
071 -	071 - Recauchutagem ou regenerao de pneus para o usuário final
072 -	Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodizao, corte, recorte, polimento, plastificao e congêneres, de objetos não destinados à industrializao ou comercializao
073 -	Lustrao de bens móveis, quando o serviço for prestado para o usuário final do objeto lustrado
074 -	Instalao e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido
075 -	Montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido
076 -	Cópia ou reproduo por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos
077 -	Composio gráfica, fotocomposio, clichria, zincografia, litografia e fotolitografia
078 -	Colocao de molduras e afins, encadernao, gravao e dourao de livros, revistas e congêneres
079 -	Locao de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil
080 -	Funerais
081 -	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento
082 -	Tinturaria e lavanderia
083 -	Taxidermia
084 -	Recrutamento, agenciamento, seleo, colocao ou fornecimento de mão-de-obra mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador de serviço por trabalhadores avulsos por ele contratados
085 -	Propaganda e publicidade, inclusive promoo de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaborao de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reproduo ou fabricao)
086 -	Veiculao e divulgao de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais periódicos, rádios e televisão)
087 -	Serviços portuários e aeroportuários, utilizao e porto ou aeroporto, atraco capatazia, armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios, movimento de mercadoria fora do cais
088 -	Advogados
089 -	Engenheiros, arquitetos, urbanistas e agrnomos
090 -	Dentistas
091 -	Economistas
092 -	Psicólogos
093 -	Assistentes Sociais
094 -	Relaoes Públicas
095 -	Cobranças e recebimentos por conta de terceiros inclusive direitos autorais, protestos de títulos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

	sustaao de protestos, devoluo de títulos não pagos, manuteno de títulos vencidos, fornecimentos de posio de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituioes autorizadas a funcionar pelo Banco Central)
096 -	Instituioes financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talão de cheques, emissão de cheques administrativos, transferência de fundos, devoluo de cheques, sustaao de pagamento de cheques, ordens de pagamento e de créditos, por qualquer meio, emissão e renovao de cartões magnéticos, consultas em terminais eletrônicos, pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento, elaborao de fichas cadastrais, aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamento de extrato de contas, emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituioes financeiras, de gastos comportes de Correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários a prestao de serviços)
097 -	Transporte de natureza estritamente municipal Transporte Urbano ou Rural
098 -	Hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentao, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)
099 -	Distribuio de bens de terceiros em representao de Qualquer natureza
100 -	Provedor de Internet
101 -	Explorao de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execuo de serviços de conservao, manuteno, melhoramentos para adequao de capacidade e segurança de transito, operao, monitorao, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou permissão ou em normas oficiais.
102 -	Locao de espaço físico para realizao de velório, cursos, festas e congêneres
103 -	Outros Nível Superior Nível Médio Nível Mínimo

 1 - Excluem-se da incidência desse imposto os serviços compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.

 2 - Os serviços incluídos na Lista ficam sujeitos ao imposto previsto neste Artigo, ainda que sua prestao envolva o fornecimento de mercadorias.

 4 - O imposto incide sobre os serviços referidos nos itens 32, 33, 34 e 102 da Lista deste Artigo, localizado no território do Município, qualquer que seja o domicílio do prestador.

 5 - As informaçoes individualizadas sobre serviços prestados a terceiros, necessários  comprovao dos fatos geradores citados nos itens 95 e 96, serão prestadas pelas instituioes financeiras na forma prescrita pelo Código Tributário Nacional.

Artigo 82 - O contribuinte do imposto é o prestador do serviço especificado na lista constante do Artigo 81.

 1 - Considera-se profissional autnomo a pessoa física que executar a prestao do serviço pessoalmente, sem auxílio de terceiros, empregados ou não.

 2 - Não são contribuintes os que prestam serviços em relao de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivos e fiscais de sociedades.

 3 - Os prestadores de serviços, recém-formados, enquadrados nos itens 01; 04; 07; 08; 25; 52; 88;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

89; 90; 91 e 92 do Artigo 81, gozarão de um desconto de 50% (cinquenta por cento) no imposto, durante o primeiro ano de atividade, 40% (quarenta por cento) no segundo ano e 30% (trinta por cento) no terceiro ano.

Artigo 83 - Considera-se local da prestao de serviço, para a determinao da competência do Município:

I - o local do estabelecimento prestador do serviço, ou, na falta de estabelecimento, o local do domicílio do prestador;

II - no caso dos itens 32, 33 e 34 da lista de serviços, o local onde se efetuar a prestao.

Artigo 84 - Entende-se por estabelecimento prestador o utilizado, de alguma forma, para a prestao do serviço, sendo irrelevante a sua denominao ou a sua categoria, bem como a circunstância de o serviço ser prestado, habitual ou eventualmente, em outro local.

Parágrafo nico - A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugo parcial ou total dos seguintes elementos:

I - manuteno de pessoal, materiais, maquinas, instrumentos e equipamentos necessários  execuo do serviço;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrio nos órgãos previdenciários;

IV - indicao, como domicílio fiscal, para efeitos de tributos federais, estaduais e municipais;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para a explorao econmica de prestao de serviços, exteriorizada através de indicao do endereço em impressos e formulários, locao do imóvel, propaganda ou publicidade e fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador ou do seu representante.

Artigo 85 - Consideram-se estabelecimentos distintos para efeito de lançamento e cobrança do imposto:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

 1 - Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicao interna, nem vários pavimentos de um mesmo imóvel.

 2 - O contribuinte é obrigado a manter, em cada um dos seus estabelecimentos sujeitos  inscrio, escrita fiscal, destinada ao registro dos serviços prestados e ainda que não tributados.

Artigo 86 - O imposto incide sobre os profissionais, técnicos e artistas, inclusive os serviços congêneres, equivalentes ou similares aos previstos na Lista de Serviços.

Artigo 87 - A incidência do imposto independe:

I - da existência de estabelecimento fixo;

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à prestao do serviço, sem prejuízo das cominaoes cabíveis;

III - do recebimento do preço ou do resultado econmico da prestao de serviços.

Artigo 88 - O imposto não incide sobre:

I - os serviços prestados pelos empregados, como tais definidos na legislao trabalhista;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

- II - os serviços prestados por trabalhadores avulsos;
- III - os serviços prestados por diretores e membros dos conselhos consultivos e fiscais de sociedades;
- IV - os serviços prestados no exercício de seus cargos ou funoes, pelos servidores federais, estaduais e municipais.

SEÇÃO II

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Artigo 89 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, ressalvados os casos expressamente previstos neste código.

 1 - Para efeito de cálculo do imposto, considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduoes, salvo os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição.

 2 - Na execução de obras hidráulicas ou de construção civil, inclusive demolição, conservação e reparo de edifícios, estradas, pontes, o imposto será calculado sobre o preço total, deduzidas as parcelas correspondentes:

- a) ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto;
- b) ao valor das mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços.

 3 - Na prestação de serviço que se refere o item 101 da Lista, o imposto é calculado sobre a parcela do preço correspondente  proporção direta da parcela da extensão da rodovia explorada, no território do Município, ou da metade da extensão de ponte que una dois Municípios.

- a) a base de calculo  reduzida, nos Municípios onde não haja posto de cobrança de pedágio para sessenta por cento de seu valor.
- b) Considera-se rodovia explorada o trecho limitado pelos pontos equdistantes entre cada posto de cobrança de pedágio ou entre o mais próximo deles e o ponto inicial ou terminal da rodovia.

Artigo 90 - O imposto será calculado com base na Moeda corrente, vigente na data do lançamento, ou qualquer unidade de referência estabelecido pelo Governo Federal, quando se tratar de:

- I - profissionais autnomos;
- II - barbearia, institutos de beleza, inclusive banhos, duchas, massagens, tratamento de pele, ginástica e congêneres;
- III - sociedades constituídas precipuamente para prestação de serviços a que se refere os itens - 1; 4; 07; 08; 25; 52; 88; 89; 90; 91 e 92.

 1 - O cálculo do imposto será efetuado:

a) no caso do inciso II, em relação a cada profissional que participe diretamente na formação do preço do serviço prestado;

b) no caso do inciso III, em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável.

 2 - O disposto na alínea "b", do parágrafo 1, deste Artigo não se aplica às sociedades civis de prestação de serviços em que exista sócio não habilitado para o exercício da profissão liberal correspondente aos serviços prestados pela sociedade.

 3 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza devido pelos prestadores de serviço sob a



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

forma de trabalho pessoal e pelas sociedades de profissionais será lançado, anualmente, pela Prefeitura, podendo ser recolhido em até 12 (doze) parcelas mensais consecutivas, nos prazos previstos nos respectivos avisos de lançamentos.

Artigo 91º - O imposto de que trata o Artigo anterior é devido proporcionalmente quando a atividade seja exercida apenas em parte do período considerado, e poderá a critério da administração ser lançado de ofício, com base nos elementos constantes do Cadastro Mobiliário de Contribuintes - C.M.C..

Parágrafo Único - Poderão ser cancelados os débitos lançados que incidirem sobre os contribuintes, correspondentes ao período posterior ao cancelamento de inscrição no C.M.C. - (Cadastro Mobiliário de Contribuintes), desde que os interessados comprovem a cessação com documentos hábeis, sem prejuízo das custas processuais e das penalidades cabíveis.

Artigo 92º - As alíquotas para o cálculo do imposto encontram-se previstas na tabela constante do Artigo 134 deste Código.

Artigo 93º - Será arbitrado o preço do serviço, mediante processo regular, nos seguintes casos:

I - quando se apurar fraude, sonegação ou omissão, ou se o contribuinte embarçar o exame dos livros ou documentos necessários ao lançamento e à fiscalização do tributo, ou se não estiver inscrito no Cadastro Mobiliário de Contribuintes;

II - quando o contribuinte não apresentar sua guia de recolhimento e não efetuar o pagamento do imposto sobre serviços no prazo legal;

III - quando o contribuinte não possuir os livros, documentos, talonários de notas fiscais e formulários a que se refere o Artigo 98;

IV - quando o resultado obtido pelo contribuinte for economicamente inexpressivo, quando for difícil a apuração do preço, ou quando a prestação do serviço tiver caráter transitório ou instável.

Parágrafo Único - Para o arbitramento do serviço serão considerados, entre outros elementos ou indícios, os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza do serviço prestado, localização das instalações, a remuneração dos sócios, o número de empregados e seus salários e encargos sociais, o total das despesas de água, energia elétrica e telefone, o aluguel ou arrendamento do imóvel e das máquinas e equipamentos e outras necessárias às atividades utilizadas para a prestação dos serviços, ou 1% (um por cento) do valor desses bens, se forem próprios.

SEÇÃO III

DA INSCRIÇÃO

Artigo 94º - O contribuinte deve promover sua inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes - C.M.C. antes do início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos necessários para a correta fiscalização do tributo, nos formulários oficiais próprios.

§ 1º - Para cada local de prestação de serviços o contribuinte deve fazer inscrições distintas.

§ 2º - A inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser verificados para fins de lançamento.

§ 3º - A inscrição será permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ocorrência do fato, as alterações havidas em quaisquer das características mencionadas no modelo de ficha de inscrição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 95° - Os contribuintes a que se referem os incisos II e III do Artigo 90, deverão, até 30 de janeiro de cada ano, atualizar os dados de sua inscrio quanto ao número de profissionais que participam da prestao dos serviços, ou quanto à sua situao de prestadores autnomos de serviços.

Artigo 96° - O contribuinte deve comunicar à Prefeitura dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contínuos, contados da data de sua ocorrência, a cessão de atividades, a fim de obter baixa de sua inscrio, a qual será concedida após a verificao da procedência da comunicao, sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos ao Município.

Artigo 97° - Poderão ser cancelados os débitos lançados que incidirem sobre contribuintes, correspondentes ao período posterior ao encerramento das suas atividades, desde que os interessados comprovem a cessão, com documentos hábeis, sem prejuízo das custas processuais e das penalidades cabíveis.

Artigo 98° - A Prefeitura exigirá dos contribuintes a emissão de nota fiscal de serviços e a utilizao de livros, formulários ou outros documentos necessários ao registro, controle e fiscalizao dos serviços ou atividades tributáveis, sempre que tal exigência se fizer necessária em razão da peculiaridade da prestao de serviços.

Parágrafo nico - Ficam desobrigados das exigências que forem feitas com base neste Artigo os contribuintes a que se referem os incisos I, II e III do Artigo 90, exceto informao de atualizao do Cadastro Mobiliário de Contribuintes (C.M.C.).

Artigo 99° - Os contribuintes do imposto ficam obrigados a apresentar, no decorrer de cada exercício, ressalvados os casos expressamente previstos, Declarao de Dados, de conformidade com formulário, prazos e condioes estabelecidos pela Secretaria Municipal competente.

Parágrafo nico - Os contribuintes que possuem mais de um estabelecimento, devem apresentar a declarao de dados, relativa a cada um deles, em separado.

SEO IV

DO LANÇAMENTO

Artigo 100° - O imposto sobre serviços de qualquer natureza deve ser calculado pelo próprio contribuinte, mensalmente, nos casos do Artigo 89.

Parágrafo nico - O imposto será calculado pela Fazenda Municipal anualmente, nos casos dos incisos I, II e III do Artigo 90.

Artigo 101° - Os lançamentos de ofício serão comunicados ao contribuinte, no seu domicílio tributário, acompanhados do auto de infrao e imposio de multa, se houver, ou através de Edital, quando desconhecido o seu domicílio.

Artigo 102° - O contribuinte deverá comprovar com documentao hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econmico, por não ter prestado serviços tributáveis pelo Município e fazer a comprovao, no prazo estabelecido por este Código, para o recolhimento do imposto.

Artigo 103° - O prazo para homologao do cáculo do contribuinte é de 5 (cinco) anos, contados da



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

data da ocorrência do fato gerador, salvo se comprovada a existência de dolo, fraude ou simulação do contribuinte.

Artigo 104 - Quando o volume, natureza ou modalidade da prestação de servios aconselhar tratamento fiscal mais adequado, o imposto poderá ser fixado por estimativa, a critério da Fazenda Municipal, observadas as seguintes normas, baseadas em:

I - informações fornecidas pelo contribuinte, pela Declaração de Dados e em outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculados à atividade;

II - valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano;

III - total dos slrios pagos e respectivos encargos sociais;

IV - total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;

V - total das despesas de água, energia elétrica, telefone e outras necessárias à atividade;

VI - aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos servios, ou 1% (um por cento) do valor desses bens, se forem próprios.

 1 - O montante do imposto assim estimado será parcelado para recolhimento em prestações mensais.

 2 - Findo o período fixado pela administração, para o qual se fez a estimativa, ou deixando o sistema de ser aplicado, por qualquer motivo, ou a qualquer tempo, será apurado o preço real dos servios e o montante do imposto efetivamente devido pelo sujeito passivo no período considerado.

 3 - Verificada qualquer diferença entre o montante recolhido e o apurado, será ela:

I - recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação;

II - restituída, mediante requerimento do contribuinte, a ser apresentado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento ou cesso da adoção do sistema.

 4 - O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa, a critério da Fazenda Municipal, poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimento ou por grupos de atividades.

 5 - A aplicação do regime de estimativa poderá ser suspensa a qualquer tempo, mesmo não tendo findado o exercício ou período, a critério da Fazenda Municipal, seja de modo geral, individual ou quanto a qualquer categoria de estabelecimento, ou por grupos de atividades.

 6 - A autoridade fiscal poderá rever os valores estimados para determinado exercício ou período, e, se for o caso, reajustar as prestações subsequentes  revisão.

Artigo 105 - Felto o enquadramento do contribuinte no regime da estimativa, ou quando da revisão de valores, a Fazenda Municipal notificará-lo- do "quantum" do tributo fixado e da importância das parcelas a serem mensalmente recolhidas.

Artigo 106 - Os contribuintes enquadrados nesse regime serão comunicados, ficando-lhes reservado o direito de reclamação, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação.

SEÇÃO V

DA ARRECADAÇÃO

Artigo 107 - O contribuinte recolher, mensalmente, o imposto sobre servios aos cofres da Prefeitura, mediante preenchimento de guias especiais, independentemente de qualquer aviso ou notificação, até o último dia do mês subseqüente ao vencido, ressalvadas as exceções previstas neste Código.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 108º - Nos casos dos incisos I, II e III, do Artigo 90, o imposto será recolhido pelo contribuinte, anualmente, aos cofres municipais, nos prazos indicados no aviso de lançamento.

Artigo 109º - No caso do item 60 da Lista de Serviços, são responsáveis pela arrecadação e recolhimento do imposto os empresários encarregados ou gerentes de casa, empresa, estabelecimento, instalação ou local de jogos ou diversões públicas.

Artigo 110º - O direito de ingressar e participar de jogos e diversões públicas, quando cobrado, será adquirido mediante bilhete de ingresso ou de participação, numerados tipograficamente.

Artigo 111º - O recolhimento do imposto será efetuado em formulário próprio fornecido pela repartição competente nas seguintes condições e prazos:

- I - Pelos cinemas, no primeiro dia útil da semana seguinte a que deu origem o fato gerador;
- II - Pelos espetáculos de qualquer espécie, no próprio local e no dia do espetáculo;
- III - Por outra qualquer promoção, no próprio local ou, se arbitrado, antecipadamente aos cofres municipais.

Parágrafo Único - Nenhuma promoção poderá iniciar suas atividades no Município se não estiver devidamente quites com os cofres municipais, com exceção do tributo devido pela taxa de funcionamento em horário normal e especial, que será recolhida à Prefeitura conforme os prazos indicados neste Código.

Artigo 112º - No ato do pedido de licença para realização de qualquer espetáculo sobre o qual seja devido o imposto pela renda bruta, o interessado deverá apresentar ao Fisco os ingressos que serão utilizados para o devido registro e fiscalização.

§ 1º - A critério do órgão competente poderá ser exigido do interessado um depósito em garantia do tributo que será recolhido aos cofres municipais no ato do pedido da licença e expedição do competente alvará.

§ 2º - Quando da fiscalização, para se apurar o valor do tributo devido, o responsável pelo espetáculo obrigará-se a apresentar os canhotos dos ingressos vendidos.

§ 3º - A não apresentação dos referidos canhotos, ou parte deles, serão considerados pela fiscalização como ingressos vendidos, incidindo sobre os mesmos o tributo municipal.

Artigo 113º - Os responsáveis pelas diversões públicas e seus auxiliares são obrigados a:

I - Afixar em lugar bem visível, próximo às bilheterias, tabuletas com indicação dos preços dos ingressos;

II - Manter, na entrada, urnas destinadas ao recolhimento dos bilhetes ou ingressos que tenham, pelo menos, uma das partes laterais de vidro transparentes;

III - Colocar a urna vazia junto ao porteiro antes do início do espetáculo ou sessão, só podendo ser retirada ou substituída após o encerramento;

IV - Inutilizar os bilhetes ou ingressos recebidos dos espectadores ou participantes, rasgando-os em duas partes antes de depositá-los na urna;

V - Permitir acesso ao Fisco nos locais de diversões e facilitar a sua atuação;

VI - Atender, no âmbito da fiscalização em curso, os pedidos de informações feitos pelo Fisco.

Artigo 114º - Nos casos dos itens 32, 33 e 34 da Lista de Serviços, é indispensável a exibição da prova de recolhimento do tributo devido, bem como da documentação fiscal, no ato da expedição do "Habite-se" ou "Visto de Conclusão".



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

§ 1 - Antes da expedição do "Habite-se" ou "Visto de Conclusão", o contribuinte deverá exibir todas as notas de serviços concernentes à obra, quer as que tenham sido por ele próprio emitidas, quer as que tenham sido, se for o caso, pelos subempreiteiros, a fim de que esses elementos sejam confrontados com os constantes da Pauta Fiscal elaborada pela Secretaria Municipal competente, baseada nos preços mínimos correntes na praça.

§ 2 - Caso se constate que o imposto recolhido não atinge o mínimo fixado na pauta referida no parágrafo anterior, será obrigado o contribuinte a recolher a diferença que se apurar, sem o que não lhe será fornecido o "Habite-se" ou "Visto de Conclusão".

§ 3 - O recolhimento do imposto se dará na forma estabelecida pelo Artigo 107, retro, quando regularmente notificado ao sujeito passivo até o último dia útil do mês de referência constante da notificação de lançamento.

§ 4 - Quando a notificação ocorrer após a data referida no parágrafo anterior, o prazo para recolhimento será de até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento do aviso de lançamento, caso em que não serão computados os acréscimos relativos à correção monetária, multa de mora e juros moratórios.

Artigo 115 - As diferenças do imposto, apuradas em levantamento fiscal, constarão de auto de infração e serão recolhidas dentro do prazo de 30 (trinta) dias contínuos contados da data do recebimento da respectiva notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Artigo 116 - O tomador do serviço  responsável pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

I - Obrigada  emissão de nota fiscal, fatura ou outro documento exigido pela Administração, não o fizer;

II - Desobrigada da emissão de nota fiscal, nota fiscal-fatura ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer:

a) recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço;

b) cópia da ficha de inscrição.

§ 1 - O responsável, ao efetuar a retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, deverá fornecer comprovante ao prestador do serviço.

§ 2 - Para retenção do imposto, nos casos acima enumerados, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota de 5% (cinco por cento).

§ 3 - O imposto retido deverá ser recolhido aos cofres municipais até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da retenção.

§ 4 - As pessoas jurídicas beneficiadas por regime de imunidade ou isenção sujeitam-se, igualmente, às obrigações previstas neste Artigo.

SEÇÃO VI

DAS PENALIDADES

Artigo 117 - As infrações relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza serão punidas de acordo com as seguintes modalidades:

I - multas punitivas;

II - regime especial de controle e fiscalização;

III - apreensão de bens e documentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

IV - proibição de transacionar com as repartições municipais.

Artigo 118º - A incidência de penalidades de natureza civil, criminal ou administrativa não dispensa o pagamento do tributo devido e o cumprimento das obrigações, cominações e acréscimos previstos neste Código, bem como a reparação de dano resultante da infração, na forma da legislação aplicável.

Artigo 119º - Não serão aplicadas penalidades contra o servidor ou o sujeito passivo que tenha agido em consonância com a orientação ou interpretação fiscal, perfilhada em decisão de qualquer instância administrativa mesmo que, posteriormente, tal orientação venha a ser modificada.

Parágrafo Único - Toda orientação ou interpretação fiscal a ser transmitida ao servidor ou a sujeito passivo deverá ser feita por escrito para os efeitos do disposto neste Artigo.

Artigo 120º - Apurando-se, no mesmo processo, infrações a mais de uma disposição da legislação tributária municipal, cometidas pela mesma pessoa, aplicar-se-ão as penalidades correspondentes a cada infração.

Artigo 121º - Serão aplicadas multas:

I - de valor igual ao imposto devido.

a) aos que sonegarem dados e documentos necessários à fixação do valor estimado do tributo;

b) aos que deixarem de emitir documentos e escriturar livros fiscais quando a isso obrigados, ou o fizerem com inobservância das normas regulamentares ou, ainda, deixarem de lançar no livro próprio o imposto devido;

II - aos que emitirem documentos fiscais correspondentes à operação não tributada ou isenta indevidamente, e aos que, em proveito próprio ou alheio, se utilizarem de tais documentos visando a produção de qualquer efeito fiscal: multa de valor correspondente a R\$.50,00 (cinquenta reais), por exercício, dentro do qual se constate a ocorrência de uma ou mais infrações.

III - pelo descumprimento de obrigações acessórias:

a) deixar de proceder à inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes do Município, no prazo, forma e condições disciplinadas na legislação tributária municipal: multa de valor correspondente a R\$.50,00 (cinquenta reais), por exercício, até a inscrição voluntária ou de ofício;

b) fazer a inscrição cadastral com omissões ou dados incorretos: multa de valor correspondente a R\$.50,00 (cinquenta reais) por exercício, até a regularização da inscrição, voluntária ou de ofício;

c) deixar de comunicar qualquer ato ou fato que venha a modificar os dados da inscrição nos prazos e condições constantes da legislação tributária municipal: multa de valor correspondente a R\$.50,00 (cinquenta reais), por exercício, até a regularização voluntária ou de ofício;

d) a firma proprietária de estabelecimento gráfico que deixar de exigir a autorização firmada pelo fiscal para a impressão de documentos fiscais, e ao prestador de serviço que deixar de exibi-los à fiscalização para autenticação: multa de valor correspondente a R\$.250,00 (duzentos e cinquenta reais), para cada infrator;

e) deixar de comunicar a cessação da atividade no prazo de 60 (sessenta) dias, multa correspondente a R\$.50,00 (cinquenta reais), por exercício, até a regularização voluntária ou de ofício.

f) negar-se a prestar informações e esclarecimentos quando solicitados pela autoridade administrativa, ou de qualquer modo ilidir, dificultar ou impedir a ação da fiscalização, ou se recusar a apresentar livros ou papéis exigidos: multa de valor correspondente a R\$.50,00 (cinquenta reais);



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

g) não possuir os livros fiscais na hipótese em que o tributo houver sido recolhido regularmente: multa de valor correspondente a R\$.50,00 (cinquenta reais);

h) deixar de comprovar (mensalmente) com documentação hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econmico por não ter prestado serviços tributáveis pelo Município: multa de valor correspondente a R\$.10,00 (dez reais), por mês, enquanto ocorrer a infração;

IV - Pelo descumprimento de obrigações decorrentes da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

a) deixar de recolher o tributo nos prazos previstos na legislação tributária municipal, constatado pela autoridade competente em procedimento fiscal, excetuada a hipótese dos autnomos: multa de 100% (cem por cento) do tributo devido, corrigido monetariamente;

b) recolher importância inferior  efetivamente devida: multa de 100% (cem por cento) do valor da importância não recolhida, corrigida monetariamente;

c) não possuir ou negar-se a apresentar  fiscalização, livros, talonários, declarações, faturas, guias de recolhimento e demais elementos do documentário fiscal exigido pela legislação tributária municipal, bem como nos casos em que tais livros e documentos forem omissos ou se apresentarem escriturados ou preenchidos de forma ou com elementos incorretos, ou quando o contribuinte, de qualquer modo, impedir ou embaraçar a ação fiscal: multa de 100% (cem por cento) do valor do tributo devido, corrigido monetariamente;

d) deixar de emitir nota fiscal ou emití-la com erros ou omissões: multa de 100% (cem por cento) do valor do tributo devido, corrigido monetariamente;

e) deixar de reter o tributo na hipótese de recolhimento na fonte: multa correspondente a 100% (cem por cento) do valor do imposto devido corrigido monetariamente;

f) deixar de recolher o tributo retido na fonte  Fazenda Municipal, no prazo legal: multa de 200% (duzentos por certo) do valor do imposto devido, corrigido monetariamente.

Artigo 122 - A falta de pagamento do imposto no prazo fixado em lei sujeitará o contribuinte:

I -  correção monetária do débito, mediante aplicação de coeficiente de atualização monetária, nos termos da legislação em vigor, ou a que vier substitui-la;

II -  multa moratória a razão de:

a) 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o último dia útil do mês do vencimento do tributo;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente a partir do 1 (primeiro) dia útil do mês subsequente do vencimento do tributo;

III -  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor do débito.

Artigo 123 - Quando a autoridade administrativa concluir que o cometimento de qualquer das infrações enumeradas nesta Seção se configura como sonegação, fraude ou conluio, haverá um agravamento em 100% (cem por cento) da penalidade a ser aplicada na hipótese.

Artigo 124 - Considera-se sonegação a ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento, por parte da autoridade fazendária:

a) da ocorrência do fato gerador na obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais.

b) das condições pessoais do sujeito passivo, suscetíveis de afetar a obrigação tributária



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

principal ou crédito tributário correspondente.

Artigo 125 - Considera-se conluio o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas, visando a qualquer dos efeitos referidos nos Artigos anteriores.

Artigo 126 - Recolhero o valor igual a R\$.50,00 (cinquenta reais), os que cometerem infração para a qual não haja penalidade específica neste Código, sem prejuizo do disposto nos Artigos 123 e 124.

Artigo 127 - O contribuinte reincidente será punido com a aplicação da multa em dobro e, a cada infração subsequente, aplicar-se- penalidade acrescida de 10% (dez por cento).

Parágrafo nico - Considera-se reincdncia a repetição de infração a um mesmo dispositivo, pela mesma pessoa, física ou jurídica, anteriormente responsabilizada em virtude de decisão administrativa definitiva.

Artigo 128 - Ao contribuinte que, no prazo para recurso, comparecer  repartição competente e recolher o débito constante do auto de infração, será concedido sobre a parcela, a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa por infração.

Artigo 129 - Em casos especiais, visando a facilitar o cumprimento das obrigações fiscais pelos contribuintes, poderá ser permitida a adoção de regime especial, tanto para o pagamento do imposto, quanto para emissão de documentos e escrituração de livros fiscais, a crtrio da autoridade competente.

Artigo 130 - Quando o contribuinte deixar de cumprir reiteradamente as obrigações fiscais, será submetido a regime especial para cumprimento dessas obrigações.

 1 - O regime especial, previsto neste Artigo, constituir-se- do conjunto de normas, que a crtrio do órgão competente, for necessário para compelir o contribuinte  observância da legislação Municipal.

 2 - O contribuinte observar as normas que lhe forem determinadas, durante o período fixado no ato que as instituir, podendo ser as mesmas alteradas, agravadas ou abrandadas, a crtrio do órgão competente.

Artigo 131 - A aplicação da pena de apreensão de bens e documentos será objeto de regulamento.

SEÇÃO VII

DA RESPONSABILIDADE

Artigo 132 - São solidariamente responsáveis, conjuntamente com o contratante e o empreiteiro da obra, o proprietário do bem imóvel quanto aos serviços previstos nos itens 32, 33 e 34, do Artigo 81, prestados sem a documentação fiscal correspondente e sem a prova de pagamento do imposto.

SEÇÃO VIII

DA ISENÇÃO

Artigo 133 - São isentos do Imposto Sobre Serviços:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único - As atividades individuais de pequeno rendimento, destinadas exclusivamente ao sustento de quem as exerce ou de sua família, após triagem efetuada pelo órgão competente na Municipalidade;

Artigo 134º - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é devido de acordo com a seguinte tabela:

NATUREZA DA ATIVIDADE	IMPORTÂNCIAS FIXAS POR ANO	ALÍQUOTAS SOBRE PREÇO DO SERVIÇO
001 - Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra sonografia, radiologia, tomografia e congêneres	200,00	----
002 - Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres	----	3%
003 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres	----	3%
004 - Enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, protéticos (prótese dentária)	.	
Nível Superior	150,00	----
Nível Médio	100,00	----
005 - Assistência médica e congêneres previstos nos itens 1, 2 e 3 desta Lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados	----	3%
006 - Planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 5 desta Lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano	----	3%
007 - Fisioterapeutas	200,00	----
008 - Médicos veterinários	200,00	----
009 - Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres	----	3%
010 - Guarda, tratamento, amestramento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais	100,00	3%
011 - Barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres	80,00	3%
012 - Banhos, duchas, sauna, massagens, ginásticas e congêneres	150,00	3%
013 - Varrição, poda, corte, capinação, coleta, remoção e incineração de lixo	----	3%
014 - Limpeza e dragagem de portos, rios e canais	----	3%
015 - Limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins	100,00	3%



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

016 - Desinfecao, imunizaao, higienizaao, desratizaao e congeneres	150,00	3%
017 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos	----	3%
018 - Incineraao de resíduos quaisquer	----	3%
019 - Limpeza de chamines	150,00	3%
020 - Saneamento ambiental e congeneres	----	3%
021 - Assistência Técnica	200,00	3%
022 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta Lista, organizaao, programaao, planejamento, assessoria, processamento de dados consultoria técnica, financeira ou administrativa	3%
023 - Planejamento, coordenaao, programaao ou organizaao técnica, financeira ou administrativa	3%
024 - Análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informaçoes, coleta e processamento de dados de qualquer natureza	3%
025 - Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congeneres		
Nivel Superior	200,00	3%
Nivel Médio	100,00	----
026 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas	300,00	3%
027 - Traduoes e interpretaoes	100,00	3%
028 - Avaliaçao de bens	200,00	3%
029 - Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congeneres	100,00	3%
030 - Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza	150,00	3%
031 - Aerofotogrametria (inclusive interpretaao), mapeamento e topografia	----	3%
032 - Execuao, por administraao, empreitada ou subempreitada, de construçao civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestaao dos serviços, que fica sujeito ao I.C.M.S.)	----	3%
033 - Demoliao	----	3%
034 - Reparaao, conservaao e reforma de edificios, estradas, pontes, portos e congeneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestaao dos serviços que fica sujeito ao I.C.M.S.)	----	3%
035 - Pesquisa, perfuraao, cimentao, perfilagem, estimulaao e outros serviços relacionados com a exploraao e explotaao de	----	3%



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

petróleo e gás natural		
036 - Florestamento e reflorestamento	-----	3%
037 - Escoramento e conteno de encostas e serviços congêneres	-----	3%
038 - Paisagismo, jardinagem e decorao.	-----	3%
039 - Raspagem, calafetao, polimento, lustrao de pisos, paredes e divisórias	3%
040 - Ensino, instruo, treinamento, avaliao de conhecimento, de qualquer grau ou natureza	150,00	2%
041 - Planejamento, organizao e administrao de feiras, exposioes, congressos e congêneres	-----	3%
042 - Organizao de festas e recepoes: buffet .	-----	3%
043 - Administrao de bens e negócios de terceiros e de consórcio	-----	3%
044 - Administrao de fundos mútuos	-----	3%
045 - Agenciamento, corretagem ou intermediao de câmbio, de seguros e de planos de previdncia privada	3%
046 - Agenciamento, corretagem ou intermediao de títulos quaisquer	300,00	3%
047 - Agenciamento, corretagem ou intermediao de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	3%
048 - Agenciamento, corretagem ou intermediao de contratos de franquia (franchise) e de faturao (factoring)	3%
049 - Agenciamento, organizao, promoo e execuo de programas de turismo, passeios, excursoes, guias de turismo e congêneres	3%
050 - Agenciamento, corretagem ou intermediao de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 45,46,47 e 48	3%
051 - Despachantes	150,00	3%
052 - Agentes da propriedade industrial	300,00	-----
053 - Agentes da propriedade artística ou literária	150,00	3%
054 - Leilão	300,00	3%
055 - Regulao de sinistros cobertos por contratos de seguros, inspeo e avaliao de riscos para cobertura de contratos de seguros, preveno e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguros	3%
056 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumao e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituioes financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central)	3%
057 - Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres	3%
058 - Viglncia ou segurança de pessoas e bens	150,00	3%
059 - Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores,		



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

dentro do território do Município	----	3%
060 - Diversões públicas:		
a) cinemas, "taxi-dancings" e congêneres	----	2%
b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos	----	2%
c) exposições, com cobrança de ingresso	----	2%
d) bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão, ou pelo rádio	----	2%
e) Jogos Eletrnicos	----	10%
f) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos a transmissão pelo rádio ou pela televisão	----	2%
g) execução de música, individualmente ou por conjunto	100,00	2%
061 - Distribuição e venda de bilhete de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prmios	----	3%
062 - Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmisses radiofônicas ou de televisão)	150,00	5%
063 - Gravação e distribuição de filmes e video-tapes	3%
064 - Fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora	3%
065 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem	100,00	3%
066 - Produção para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres	3%
067 - Colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço	150,00	3%
068 - Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos.	3%
069 - Conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto	----	3%
070 - Recondicionamento de motores.	3%
071 - Recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final	3%
072 - Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização	----	3%
073 - Lustrao de bens móveis, quando o serviço for prestado para o usuário final do objeto lustrado	150,00	3%
074 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido	3%



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

075 - Montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido	3%
076 - Cópia ou reproduo por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos	-----	3%
077 - Composio gráfica, fotocomposio, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia	-----	3%
078 - Colocao de molduras e afins, encadernao, gravao e dourao de livros, revistas e congêneres	3%
079 - Locao de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil	-----	3%
080 - Funerais	-----	3%
081 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento	80,00	3%
082 - Tinturaria e lavanderia	150,00	3%
083 - Taxidermia	150,00	3%
084 - Recrutamento, agenciamento, seleo, colocao ou fornecimento de mão-de-obra mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador de serviço por trabalhadores avulsos por ele contratados	-----	3%
085 - Propaganda e publicidade, inclusive promoo de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaborao de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reproduo ou fabricao)	150,00	3%
086 - Veiculao e divulgao de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais periódicos, rádios e televisão)	150,00	3%
087 - Serviços portuários e aeroportuários, utilizao e porto ou aeroporto, atraco capatazia, armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios, movimento de mercadorias fora do cais	3%
088 - Advogados	200,00	-----
089 - Engenheiros, arquitetos, urbanistas e agrnomos	200,00	-----
090 - Dentistas	200,00	-----
091 - Economistas	200,00	-----
092 - Psicólogos	200,00	-----
093 - Assistentes Sociais	200,00
094 - Relaoes Públicas	150,00
095 - Cobranças e recebimentos por conta de terceiros inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustao de protestos, devoluo de títulos não pagos, manuteno de títulos vencidos, fornecimentos de posio de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituioes autorizadas a funcionar pelo Banco Central)	-----	10%
096 - Instituioes financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco		

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Central: fornecimento de talão de cheques, emissão de cheques administrativos, transferência de fundos, devolução de cheques, sustação de pagamento de cheques, ordens de pagamento e de créditos, por qualquer meio, emissão e renovação de cartões magnéticos, consultas em terminais eletrônicos, pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento, elaboração de fichas cadastrais, aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamento de extrato de contas, emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes de Correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários a prestação de serviços)	----	10%
097 - Transporte de natureza estritamente municipal Transporte Urbano ou Rural	----	3%
098 - Hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	----	3%
099 - Distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza	200,00 -	3%
100 - Provedor de Internet		3%
101 - Exploração de rodovias mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.		5%
102 - Locação de espaço físico para realização de velório, cursos, festas e congêneres.		3%
103 - Outros		3%
Nível Superior	200,00	
Nível Médio	100,00	
Nível Mínimo	80,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

TÍTULO IV

DAS TAXAS

CAPÍTULO I

DAS TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Artigo 135º - As taxas de licença têm como fato gerador o efetivo exercício do poder de polícia administrativa do Município, mediante a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias e outros atos administrativos.

Artigo 136º - Considera-se exercício do poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

§ 1º - Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com a observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

§ 2º - O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades ou atos, lucrativos ou não, nos limites da competência do Município, dependentes, nos termos deste Código, de prévia licença da Prefeitura.

Artigo 137º - As taxas de licença serão devidas para:

- I - localização de estabelecimento de produção, comércio, indústria e prestação de serviços;
- II - licença para funcionamento de estabelecimento de produção, comércio, indústria e prestação de serviços;
- II - fiscalização de funcionamento em horário normal e especial;
- III - exercício da atividade do comércio eventual ou ambulante;
- IV - execução de obras particulares;
- V - publicidade;
- VI - ocupação do solo nas vias e logradouros públicos.

Artigo 138º - O contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, nos termos do Artigo 135.

Artigo 139º - O cálculo das Taxas Decorrentes do Efetivo Exercício do Poder de Polícia Administrativa será procedido com base nas tabelas que acompanham cada espécie tributária a seguir, levando em conta os períodos, critérios e alíquotas nelas indicadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

SEAO II

DA INSCRIAO

Artigo 140° - Ao requerer a licença o contribuinte fornecer a Prefeitura os elementos e informaçoes necessários à sua inscriao no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, apresentando os documentos comprobatórios de registro ou inscriao nos órgãos federais, estaduais e órgãos de registro e fiscalizaao profissional.

Artigo 141° - Os contribuintes sujeitos  incidência anual das taxas previstas neste Capitulo deverão apresentar declaraao de dados conforme formulário, prazos e condioes estabelecidas pela Secretaria Municipal competente.

SEAO III

DO LANÇAMENTO

Artigo 142° - As taxas de licença podem ser lançadas isoladamente, ou em conjunto com outros tributos, se possível, mas dos avisos recebidos constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

Artigo 143° - A administraao poderá promover, de ofício, inscrioes ou alteraoes cadastrais, sem prejuízo da aplicaçao das penalidades cabíveis, quando não efetuadas pelo sujeito passivo, ou, em tendo sido, apresentaram erro, omissão ou falsidade.

Artigo 144° - Além da inscriao e respectivas alteraoes a administraao poderá exigir do sujeito passivo a apresentaao de quaisquer declaraoes de dados, na forma e prazos regulamentares.

Artigo 145° - Nas licenças sujeitas à renovaao anual a notificaao do lançamento far-se- na pessoa do contribuinte ou na de seus familiares, empregados, representantes ou prepostos, no endereço do estabelecimento ou no do seu domicílio, conforme declarados na sua inscriao no Cadastro Mobiliário de Contribuintes.

É 1° - Na impossibilidade de entrega da notificaao, ou no caso de recusa do seu recebimento nos endereços mencionados neste Artigo, o contribuinte será notificado do lançamento da respectiva taxa por edital.

É 2° - O edital de notificaao conter:

- I - O nome do contribuinte e seu respectivo número de inscriao no Cadastro Fiscal de Contribuintes;
- II - O valor do tributo e a sua especificaao, o período a que se refere, o prazo para pagamento e as disposioes legais relativas à sua incidência.

SEAO IV

DA ARRECADAAO

Artigo 146° - As taxas de licença serão arrecadadas antes do inicio das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município, observando-se os prazos estabelecidos neste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Código.

SEÇÃO V

DO CANCELAMENTO

Artigo 147 - Poderão ser cancelados os débitos lançados correspondentes ao período posterior ao encerramento das atividades dos contribuintes, desde que estes comprovem a cesso com documentos hábeis, sem prejuízo das custas processuais e das penalidades cabíveis.

SEÇÃO VI

DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

Artigo 148 - Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique  indústria, ao comércio,  operações financeiras,  produção,  prestação de serviços ou a atividades similares, em caráter permanente ou temporário, são poderá instalar-se e iniciar suas atividades mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa de licença para localização e, da taxa de licença para funcionamento.

 1 - Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como bales, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

 2 - A taxa de licença para localização também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadoras.

Artigo 149 - A licença para localização será concedida desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento sejam adequadas  espécie de atividade a ser exercida, observados os requisitos da legislação edilícia e urbanística do Município.

 1 - Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento.

 2 - As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, o qual deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso  fiscalização.

Artigo 150 - Para efeito de incidência da taxa de licença para localização consideram-se estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

Parágrafo nico - Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Artigo 151 - A taxa de licença para localização será recolhida de uma são vez, antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município.

Artigo 152 - A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimarem a concessão da licença, ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

quando o contribuinte, mesmo após a aplicao das penalidades cabíveis, não cumprir as exigências e determinaes da Prefeitura para regularizar a situao do estabelecimento.

Artigo 153 - A taxa de licença para localizao de estabelecimento de produo, indústria, comércio e prestao de serviços  devida de acordo com a seguinte tabela:

NATUREZA DA ATIVIDADE	VALOR DA TAXA EM R\$.
1. Indústrias	150,00
2. Produo Agropecuária	150,00
3. Comércio por m ²	1,00
4. Instituies Financeiras	500,00
5. Estabelecimentos Prestadores de Serviços	30,00
6. Diversos Públicas	50,00
7. Profissionais Autnomos	25,00
8. Feirantes e congêneres	25,00

SEO VII

DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTAO DE SERVIÇOS EM HORÁRIO NORMAL E ESPECIAL

Artigo 154 - Qualquer pessoa, física ou jurídica, que se dedique  indústria, ao comércio,  operaes financeiras,  produo,  prestao de serviços, ou  atividades similares, são poderá exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa de licença para funcionamento.

 1 - Nos exercícios subseqüentes ao do início de suas atividades os contribuintes a que se refere este Artigo pagarão, anualmente, a taxa de renovao de licença para funcionamento, conforme o prazo indicado no aviso de lançamento.

 2 - Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemoraes, em instalaes precárias ou removíveis, como balões, barracas, mesas, similares, assim como em veículos.

 3 - A taxa de licença para funcionamento também é devida pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

Artigo 155 - A licença para funcionamento será concedida desde que observadas as condies constantes do poder de polícia administrativa do Município.

Parágrafo nico - A licença poderá ser cassada e determinado o fechamento do estabelecimento, a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condies que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicao das penalidades cabíveis, não cumprir as determinaes da Prefeitura para regularizar a situao do estabelecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 156° - A taxa de licença para funcionamento será recolhida em até 10 (dez) parcelas.

É 1° - Para efeito do disposto no "caput" deste Artigo, tomar-se- o valor da obrigao tributária devida e dividir-se- pelo numero de meses estabelecido.

É 2° - O pagamento da taxa será feito no vencimento indicado nos respectivos avisos de lançamentos.

Artigo 157° - A taxa de licença para funcionamento do estabelecimento de produo, indústria, comércio, prestao de serviços  devida de acordo com a seguinte tabela:

ATIVIDADES	PERÍODO DE INCIDÊNCIA	VALOR DA TAXA EM R\$
1. Estabelecimentos, profissionais autnomos, profissionais liberais, entidades de classe, clubes de serviços, clubes esportivos e outras atividades com fins lucrativos relativamente a todas as atividades desenvolvidas no Município		
1.01- De 0 a 10 Empregados	anual	30,00
1.02- De 11 a 20 Empregados	anual	50,00
1.03- De 21 a 30 Empregados	anual	75,00
1.04- De 31 a 50 Empregados	anual	100,00
1.05- De 51 a 100 Empregados	anual	200,00
1.06- De 101 a 150 Empregados	anual	300,00
1.07- De 151 a 200 Empregados	anual	500,00
1.08- De 201 a 400 Empregados	anual	1.000,00
1.09- De 401 a 600 empregados	anual	1.500,00
1.10- De 601 a 800 empregados	anual	2.300,00
1.11- De 801 a 1000 empregados	anual	3.000,00
2. Depósitos Fechados	anual	50,00
3. Estabelecimentos que exploram diversões públicas, mediante utilizao de equipamentos ou aparelhos, eletrônicos ou não, observadas as seguintes faixas:		
3.01- até 4 unidades	anual	25,00
3.02- de 5 a 10 unidades	anual	250,00
3.03- de 11 a 20 unidades	anual	500,00
3.04- mais de 20 unidades	anual	800,00
4. Outros estabelecimentos de diversões públicas excetuados os casos	anual	400,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

	previstos nos itens 5 e 6		
5.	Atividades provisórias exercidas em períodos de até 90 dias (de 6 a 90)	mensal	50,00
6.	Atividades esporádicas (assim compreendidas aquelas realizadas até 5 dias)	diária	10,00

Artigo 158 - Nos casos em que o cáculo da taxa for fixado em função do número de empregados, observar-se- o seguinte:

I - o primeiro lançamento será efetuado com base no número de empregados declarado na inscrição inicial ou na atualização de dados cadastrais;

II - os demais lançamentos serão efetuados com base no número de empregados existentes a 1 de janeiro do exercício a que corresponda o lançamento, conforme dados declarados pelo contribuinte até 15 de janeiro, ou apurados pela fiscalização dentro deste mesmo período.

Artigo 159 - Nos casos em que o cáculo da taxa for fixado em função do número de aparelhos ou equipamentos, observar-se- o seguinte:

I - o primeiro lançamento será efetuado com base nas informações declaradas na inscrição inicial ou na atualização de dados cadastrais;

II - os demais lançamentos serão efetuados com base no maior número de aparelhos ou equipamentos existentes durante o mês de janeiro do exercício a que corresponda o lançamento, conforme dados declarados pelo contribuinte até 15 de janeiro, ou apurados pela fiscalização dentro deste mesmo período.

Artigo 160 - Os estabelecimentos comerciais, tanto atacadistas como varejistas, bem como prestadores de serviços, ressalvados os casos previstos nesta Seção, nos dias úteis obedecerão o seguinte horário para atendimento ao público:

I - de segunda  sexta-feira - das 8:00 às 18:00 horas;

II - aos sábados - das 8:00 às 12:00 horas; após às 12:00 horas horário especial, exceto às farmácias de plantão.

III - aos domingos e feriados, a abertura do comércio, considerar-se- horário especial, exceto às farmácias de plantão.

Parágrafo nico - Ficam sujeitos aos horários fixados neste Artigo as seções de vendas dos estabelecimentos industriais, os depósitos de mercadorias e tudo o mais que, embora sem caráter de estabelecimento, seja mantido para fins comerciais ou prestação de serviços.

Artigo 161 - O horário para atendimento ao público poderá ser antecipado a partir das 6:00 horas e prorrogado até às 22:00 horas, de segunda às sextas-feiras e aos sábados antecipado a partir das 6:00 horas e prorrogado até às 18:00 horas, mediante requerimento do interessado e pagamento da taxa para funcionamento em horário especial.

Artigo 162 - Será permitido o funcionamento dos estabelecimentos abaixo discriminados, em qualquer dia e hora, desde que recolhida a taxa para funcionamento em horário especial e observadas as legislações Federal, Estadual e Municipal em vigor:

I - comércio de Frios;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

- II - varejista de frutas, legumes, aves, verduras e ovos;
- III - açougues e varejistas de carnes frescas e peixes;
- IV - padarias e confeitarias;
- V - restaurantes, bares, botequins, sorveterias, charutarias, pastelarias, lanchonetes e pisarias;
- VI - agncias de aluguel de automveis e similares, casa de venda de discos, estdios fotográficos, agncias de turismo e consrcios;
- VII - floricultoras;
- VIII - carvoarias e similares;
- IX - casas lotarias;
- X - distribuidores de jornais e revistas.
- XI - cinemas;
- XII - motis;
- XIII - estabelecimentos comerciais e de prestao de serviços integrantes de "Shopping-Center".
- XIV - supermercados.

Parágrafo nico - A permissão prevista no "Caput" deste Artigo estende-se têm aos estabelecimentos que exercem as atividades abaixo relacionadas, não se lhes incidindo, porém, a taxa de licença para funcionamento em horário especial;

- I - distribuidores de leite;
- II - distribuidores de gás;
- III - despachos de empresas de transportes de produtos perecíveis;
- IV - agências funerrias;
- V - de impressão de jornais;
- VI - de produo e distribuio de energia elétrica;
- VII - de serviço telefónico;
- VIII - de agncias telegrficas;
- IX - de serviços de transporte coletivo e agncias de passageiros;
- X - de tratamento de saúde;
- XI - de hospedaria (penses e hotis);
- XII - farmcias e drogarias.

Artigo 163 - Não esto sujeitos ao horário referido no Artigo 160 os estabelecimentos comerciais instalados no interior das estao de embarque e desembarque de passageiros e prrios municipais.

Artigo 164 - Para o funcionamento dos estabelecimentos em horário especial será obedecida, para o recolhimento do tributo, a seguinte tabela:

ESPECIFICAO HORÁRIO	PERÍODO	VALOR DA TAXA
		R\$.
1. Antecipao para a partir das 6:00 horas	a) por ano	50,00
2. Antecipao e prorrogao de horário até as 22:00 horas	a) por dia	10,00
	b) por mês	25,00
	c) por ano	100,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

3. Prorrogação do horário além das 22:00 horas	a) por mês	50,00
	b) por ano	100,00

SEÇÃO VIII

DA TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

Artigo 165º - Qualquer pessoa que queira exercer o comércio ambulante poderá fazê-lo mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa de licença de comércio ambulante.

§ 1º - Considera-se ambulante a pessoa física ou jurídica, regularmente inscrita na Administração Municipal, que exerça atividade comercial sem estabelecimento fixo.

§ 2º - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, sempre que houver qualquer modificação nas características do exercício da atividade, ou do domicílio.

Artigo 166º - Ao comerciante ambulante que satisfizer as exigências regulamentares será concedido um cartão de habilitação, contendo as características essenciais de sua inscrição, a ser apresentado quando solicitado pela fiscalização.

Artigo 167º - Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

Artigo 168º - Estão isentos da taxa de licença de comércio ambulante os portadores de deficiência física atestado pelo órgão Municipal competente.

Artigo 169º - A taxa de licença de comércio eventual ou ambulante é anual, e será recolhida em até 4 (quatro) parcelas, conforme os prazos indicados nos avisos de lançamento.

Artigo 170º - A licença para o comércio eventual ou ambulante poderá ser cassada e determinada a proibição do seu exercício a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença, ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações da Prefeitura para regularizar a situação do exercício de sua atividade.

Artigo 171º - O pagamento do tributo não dispensa a cobrança da taxa de licença para a ocupação do solo nas vias e logradouros públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 172 - A taxa de licença de comércio ambulante  devida de acordo com a seguinte tabela, e nos periodos nela indicados:

ESPECIFICAO	VALOR DA TAXA EM R\$. *	
	Mês	Ano
1. Alimentos preparados, refrigerantes não engarrafados e produtos hortifrutigranjeiros	50,00	150,00
2. Aparelhos de uso doméstico, armarinhos, artefatos de couro, Artigos de papelaria, Artigos de toucador, brinquedos e presentes, artefatos de ferragens, plásticos, borracha, vassoura e semelhantes, doces, frutas, estatuetas, sorvetes e quadros	50,00	150,00
3. Tecidos e roupas, refrigerantes engarrafados	50,00	150,00
4. Artigos para fumantes, artigos de jogos de azar, fogos de artifícios, joias, pedras preciosas, peles, relógios e confeco de luxo e bebidas alcoólicas	100,00	500,00
5. Amendoim, pamonha, pipoca e leite	50,00	150,00
6. Artigos não especificados na Tabela	50,00	150,00
7. Quando negocie em todos os itens	100,00	250,00
7.a) Quando se tratar de venda com veículos, cobrar-se-:		
a.1) Automóvel de passeio, caminhão, triciclo motorizado, mais	50,00	150,00
a.2) Carros com traoo animal	10,00	50,00

SEO IX

DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

Artigo 173 - A publicidade levada a efeito através de quaisquer instrumentos de divulgao ou comunicao, de todo tipo ou espécie, processo ou forma, inclusive as que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades, mesmo aqueles fixados em veículos, fica sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para publicidade.

Parágrafo nico - Excetuam-se as levadas a efeito em jornais, revistas, emissoras de rádios e televisões.

Artigo 174 - Respondem pela observância das disposies desta Seo todas as pessoas físicas ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar.

Artigo 175 - O pedido de licença deverá ser instruido com a descrição da posição, da situação, das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo nico - Quando o local em que se pretender colocar anúncio não for de propriedade do requerente, deverá esse juntar ao requerimento a autorização do proprietário com o comprovante da propriedade.

Artigo 176 - Nos instrumentos de divulgação ou comunicação deverá constar, obrigatoriamente, o número de identificação fornecido pela repartição competente.

Artigo 177 - A publicidade escrita fica sujeita à revisão gramatical da repartição competente.

Artigo 178 - A taxa de licença para publicidade  devida, de acordo com a seguinte tabela, e com períodos nela indicados.

ESPÉCIE DE PUBLICIDADE	VALOR DA TAXA EM R\$.	
	Mês	Ano
1 Publicidade relativa à atividade exercida no local, afixada na parte externa de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviço e outros - Qualquer espécie ou quantidade por publicidade	5,00	15,00
2 Publicidade:		
2.1 Na parte interna ou externa de veículos de uso público não destinados à publicidade como ramo de negócio. - Qualquer espécie ou quantidade por veículo	5,00	15,00
2.2 Em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonora ou escrita na parte externa. - Qualquer espécie ou quantidade por veículos	10,00	50,00
2.3 Em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio de projeção de filmes ou dispositivos. Qualquer quantidade, por anunciante	5,00	50,00
3 Publicidade em placas, painéis, cartazes, letreiros, tabuletas, faixas e similares, colocados em terrenos, tapumes, platibandas, andaimes, muros, telhados, paredes, terraços, jardins, cadeiras, bancos, toldos, mesas, campos de esportes, clubes, associações qualquer que seja o sistema de locação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais ou federais, por m2 ou fração	2,50	25,00
4 Publicidade por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares em vias ou logradouros públicos. - Qualquer quantidade por anunciante	5,00	50,00

47

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

5	Publicidade em folhetos, cartazes ou encartes, será cobrado, por milheiro ou fração	5,00	
6	Não especificadas nos itens anteriores	10,00	25,00

§ 1º - Quando o tipo de publicidade enquadrar-se em mais de um item da tabela acima, tomar-se-á por base o valor maior.

§ 2º - Ficam sujeitos ao acréscimo de 30% (trinta por cento) os anúncios de qualquer natureza, referentes à bebidas alcoólicas e artigos para fumantes.

§ 3º - A publicidade do Item 5 será arbitrada de 10 a 100 milheiros, quando o usuário deixar de efetuar o pagamento antecipado da taxa com o devido comprovante de impressão ou remessa da publicidade, através de Nota Fiscal

Artigo 179º - Estão isentos da taxa de licença para publicidade quando o conteúdo não tiver caráter publicitário:

- I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais, em qualquer caso;
- II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou direção de estradas;
- III - tabuletas indicativas de hospitais, casas de saúde, ambulatórios e prontos-socorros;
- IV - placas indicativas, nos locais de construção, dos nomes de firmas, engenheiros e arquitetos responsáveis pelos projetos ou execução de obras particulares ou públicas;
- V - as doações, sem ônus ou encargos para o Município, de bens móveis ou imóveis, nos quais conste o nome ou a identificação do doador.

Artigo 180º - A publicidade deve ser mantida em bom estado de conservação e em perfeitas condições de segurança, sob pena de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor da taxa de licença para publicidade e cassação da licença.

SEÇÃO X

DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Artigo 181º - Qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à instalação provisória de balcão, barracas, mesas, tabuleiros, quiosques, aparelhos e utensílios, bem como quaisquer outros bens móveis, depósitos de materiais para fins comerciais ou de prestação de serviços e estacionamento privativo de veículos, em locais permitidos, só poderá instalar-se e iniciar as suas atividades, mediante prévia licença da Prefeitura e pagamento da taxa de licença para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos.

Parágrafo Único - Para os casos em que haja continuidade da ocupação do solo nas vias e logradouros públicos, os contribuintes a que se refere este Artigo pagarão a taxa de renovação da respectiva licença nos exercícios subsequentes ao do início de suas atividades e nos prazos indicados nos avisos de lançamentos.

Artigo 182º - A Prefeitura apreenderá e removerá para seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vias e logradouros públicos, sem a competente licença.

Parágrafo Único - A apreensão e a remoção de que trata este Artigo será efetuada sem prejuízo dos demais tributos e penalidades cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÃ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 183º - A taxa de licença para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos é devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados.

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO	VALOR EM R\$.
1. Taxi	trimestre	5,00
2. Veículos de carga	trimestre	10,00
3. Tração animal	trimestre	2,00
4. Feiras - por m2	trimestre	1,50
5. Barracas e similares - por m2	trimestre	2,50
6. Depósitos de materiais para fins comerciais ou de prestação de serviços por m2	trimestre	1,00
7. Utilização de passeios públicos para fins comerciais por m2	trimestre	2,50
8. Postes de iluminação pública, lixeiras por unidade	trimestre	0,25

SEÇÃO XI

DAS PENALIDADES

Artigo 184º - Serão aplicadas multas:

a) aos contribuintes que iniciarem ou exercerem suas atividades sem a prévia autorização municipal: R\$.50,00 (cinquenta reais), por exercício, até a regularização voluntária ou de ofício;

b) aos contribuintes que deixarem de comunicar à Fazenda Municipal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ocorrência do fato, qualquer alteração em quaisquer das características mencionadas nos modelos dos formulários próprios: R\$.50,00 (cinquenta reais) por exercício, até a regularização voluntária ou de ofício;

c) aos contribuintes que fizerem a inscrição cadastral (C.M.C.) com omissões ou dados incorretos: R\$.50,00 (cinquenta reais), por exercício, até a regularização voluntária ou de ofício;

d) aos contribuintes que negarem-se a prestar informações e esclarecimentos, quando solicitados pela autoridade administrativa, ou de qualquer modo ilidirem, dificultarem ou impedirem a ação da fiscalização ou se recusarem a apresentar livros ou papéis exigidos: R\$.50,00 (cinquenta reais).

Artigo 185º - Na infração de qualquer dispositivo da Seção VII, com referência a taxa de licença para funcionamento em horário especial, será imposta multa correspondente a R\$.50,00 (cinquenta reais).

§ 1º - O estabelecimento comercial reincidente será punido com a aplicação da multa em dobro e, a cada infração subsequente, aplicar-se-á a penalidade anterior acrescida de R\$.50,00 (cinquenta reais) e assim sucessivamente.

§ 2º - Após a 5ª reincidência o estabelecimento infrator terá sua licença de funcionamento cassada pela autoridade competente, sem ônus algum para a Prefeitura Municipal.

Artigo 186º - As farmácias e drogarias que deixarem de cumprir quaisquer dos dispositivos



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

relacionados com o cumprimento dos horários mínimos e com os plantões serão aplicadas as seguintes penalidades:

- I - multa de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), na primeira ocorrência e dobrada na reincidência dentro de um período de 12 meses contados a partir da data da primeira;
- II - ocorrendo a terceira infração, de igual natureza, antes de completado 12 meses a data da primeira, o estabelecimento sofrerá suspensão das atividades por um período de 30 (trinta) dias;
- III - verificada a quarta infração da mesma natureza, antes de completados os 12 meses da data da primeira, ensejará o órgão fiscal a cassação do Alvará de Funcionamento."

Artigo 187º - Aos contribuintes que utilizarem a divulgação de publicidade sem prévia licença da Prefeitura ou em desacordo com o previsto na Seção IX e seu regulamento, multa de R\$.50,00 (cinquenta reais).

Artigo 188º - Aos contribuintes, pessoa física ou jurídica, que se utilizarem do solo público para fins comerciais, de prestação de serviços ou estacionamento privativo de veículos, sem prévia licença da Prefeitura ou em desacordo com o previsto na Seção X, multa de R\$.50,00 (cinquenta reais).

Artigo 189º - Considera-se reincidência a repetição de infração a um mesmo dispositivo, pela mesma pessoa, física ou jurídica, anteriormente responsabilizada em virtude de decisão administrativa definida.

Artigo 190º - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência, a que tiver determinado.

Artigo 191º - Ao contribuinte que, no prazo para recurso, comparecer a repartição competente para recolher o débito constante do auto de infração será concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa por infração.

Artigo 192º - As taxas recolhidas fora dos prazos indicados nos avisos de lançamento ficarão sujeitas aos seguintes acréscimos:

- a) à multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o último dia útil do mês do vencimento do tributo;
- b) à multa moratória a razão de 3% (três por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente do vencimento do tributo;
- c) à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês incidentes sobre o valor originário, corrigido monetariamente.

SEÇÃO XII

DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES

Artigo 193º - Qualquer pessoa física ou jurídica que queira construir, reconstruir, reformar, reparar, crescer ou demolir edifícios, casas, edículas, muros, guias e sarjetas, assim como proceder ao parcelamento do solo urbano, à colocação de tapumes ou andaimes e quaisquer outras obras em imóveis, está sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento antecipado da taxa de licença para execução de obras.

§ 1º - A licença só será concedida mediante prévio exame e aprovação das plantas, projeto das obras ou requerimentos, na forma da legislação urbanística aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

§ 2 - As obras aprovadas de acordo com a legislação urbanística municipal, deverão ser iniciadas no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da data de expedição da "Licença de Obra".

§ 3 - Findo o prazo fixado no parágrafo anterior, a obra somente poderá ser iniciada mediante nova sollicitação de "Licença de Obra", com pagamento de novas taxas, devendo o interessado se enquadrar na legislação em vigor.

§ 4 - Caracteriza obra iniciada a construção das fundaoes, a demolição de paredes conforme previsto nas reformas, com acréscimo ou não de áreas ou a demolição de pelo menos metade das paredes, em caso de reconstrução.

§ 5 - No caso de parcelamento do solo urbano, a licença terá periodo de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

§ 6 - Iniciada e concluida sem licença, obra que possa ser mantida, a taxa será acrescida de importância correspondente a 5 (cinco) vezes o seu valor, sem prejuizo de outras penalidades cabíveis.

§ 7 - O pagamento da taxa será feito no ato do requerimento da licença.

Artigo 194 - Incide a taxa de que trata esta Seção, quando dos pedidos de exame de documentos e aprovação de plantas para efeito e averbação, sobre imóveis que, edificados fora do perímetro urbano, em razão da modificação deste, passarem a situar-se dentro de seus limites, não se aplicando, na hipótese, o disposto no Artigo 193, parágrafo 6.

Artigo 195 - A taxa de licença para obras particulares é devida de acordo com a seguinte tabela:

ESPECIFICAÇÃO	Valor em R\$.
1. CONSTRUOES, AMPLIAOES, REFORMAS, DEMOLIOES, ETC.	
1.1 Construoes e ampliaoes	
a) Edifícios, casas, lojas, etc., por m2 de área é construir	0,25
b) Barracoes, galpoes, coberturas, etc., por m2 de área a construir	0,25
c) Piscinas por m2 de área é construir	0,50
d) Muros e tapumes provisórios (válido por 12 meses) por metro linear	2,50
e) Construoes especiais, tais como chaminés, silos, reservatórios, tanques etc., por unidade	25,00
f) Modificação de projeto aprovado	
f.1) Com acréscimo de área de até 10% da área inicialmente aprovada por m2 da área total a construir	0,10
f.2) Com acréscimo de área maior que 10% da área inicialmente aprovada por m2 da área a construir	0,20
g) Visto de Conclusão no caso de edifícios ou conjunto de casa, considerar cada unidade autnoma emissão por unidade	5,00
h) Alvará de licença para construção	7,50
1.2 Reformas, sem ampliaoes, com ou sem demolioes, por m2 de área existente	0,12



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

1.3	Demolies (Cobrar mais taxa referente a tapumes) por m2 da área a ser demolida	0,15
1.4	Pequenos reparos por unidade	10,00
2.	PARCELAMENTO DO SOLO	
2.1	Desmembramentos de lotes ou glebas por m2	0,10
2.2	Unificao de lotes ou glebas por m2	0,05
2.3	Loteamentos	
2.3.1	Diretrizes por m2 da área total da gleba	0,03
2.3.2	Alvará de infra-estrutura por m2 da área total da gleba	0,012
2.3.3	Aprovao por m2 da área total da gleba	0,07
3.	DIVERSOS	
3.1	Instalao ou troca de Bomba de Combustíveis	
a)	por bomba	25,00
b)	Termo de Responsabilidade Geral	25,00
3.2	Construes Funerárias	
a)	construes simples por unidade	5,00
b)	construes de luxo por unidade	15,00

Artigo 196 - Relativamente à averbao, construo, reforma ou demolio executadas sem a competente licença, cobrar-se- 5 (cinco) vezes as taxas normais, além da multa de 50,00 (cinquenta reais).

Artigo 197 - As taxas a serem cobradas pela Prefeitura, nos casos de desmembramento e ou unificao, devem ser calculadas e recolhidas, no primeiro caso, apenas sobre a área a ser desmembrada, quando esta resultar um remanescente de área e dimensões que comportem outros desmembramentos dentro da legislao específica e, no segundo caso sobre o total da área a ser unificada.

CAPÍTULO II

DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SEO I

DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Artigo 198 - As taxas de serviços públicos têm como fato gerador a utilizao, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto  sua disposio.

Artigo 199 - Constituem taxas de prestao de serviços públicos:

- I - limpeza de vias públicas, coleta e remoo de lixo;
- II - Iluminao Pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 200° - As taxas constantes do inciso I do Artigo anterior são devidas pelo proprietário, titular do domínio útil ou possuidor do imóvel urbano, edificado ou não, lindeiro  via ou logradouro público abrangidos pelos serviços prestados ou postos à sua disposio.

Parágrafo nico - Considera-se também lindeiro o bem imóvel que tenha acesso, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila ou assemelhados, a via ou logradouro público.

SEO II

DA BASE DE CÁLCULO E DA ALIQUOTA

Artigo 201° - A base de cáculo das taxas de serviços públicos constantes do inciso I, do Artigo 199 retro, é o custo do serviço.

Artigo 202° - O custo dos serviços públicos de que trata o Artigo 201, será rateado entre os contribuintes de acordo com os seguintes critérios:

I - Para o serviço público do inciso I, do Artigo 199, o custo do serviço será rateado proporcionalmente as testadas dos imóveis, situados em locais em que se de a atuao da Prefeitura.

SEO III

DO LANÇAMENTO E DO PAGAMENTO

Artigo 203° - As taxas de serviços públicos constantes dos incisos I do Artigo 199 desta lei, poderão ser lançadas juntamente com o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, ou qualquer outra forma a critério do Poder Público mas dos avisos-recibos constarão, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

Artigo 204° - As taxas recolhidas fora dos prazos indicados nos avisos de lançamento ficarão sujeitas aos seguintes acréscimos:

- À multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o último dia útil do mês do vencimento do tributo;
-  multa moratória a razão de 3% (três por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 1° (primeiro) dia útil do mês subsequente do vencimento do tributo;
-  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês incidentes sobre o valor originário, corrigido monetariamente.

SEO IV

DA TAXA DE ILUMINAO PÚBLICA

Artigo 205° - A taxa de iluminao pública têm como fato gerador a utilizao efetiva ou potencial dos serviços municipais de iluminao prestados aos contribuintes ou postos a sua disposio nas vias e logradouros públicos.

Artigo 206° - O contribuinte da taxa de iluminao pública é o proprietário do imóvel servido, efetiva



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

ou potencialmente, pelos serviços de iluminação pública.

Artigo 207 - A base de calculo é o preço do serviço.

Artigo 208 - A arrecadação da taxa será feita na forma como vier a dispor o ato do Poder Executivo, podendo ser celebrado convênio com a concessionária para, em nome da Municipalidade, efetivar a arrecadação da taxa.

Artigo 209 - São isentos do pagamento da taxa de iluminação pública referente aos imoveis de sua propriedade, o Poder Público e os consumidores rurais.

TÍTULO V

DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Artigo 210 - A contribuição de melhoria tem como fato gerador a execução de obra pública.

Artigo 211 - O contribuinte da contribuição de melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil e o possuidor, a qualquer título, de bem imovel valorizado por obra pública.

Artigo 212 - A contribuição de melhoria terá como limite global o custo total da obra ao qual serão includas em até 30% (trinta por cento) os dispêndios referentes à estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento inclusive os encargos respectivos.

 1 - Os elementos referidos no "caput" deste Artigo serão definidos para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto em memorial descritivo e orçamento detalhado de custo, elaborados pela Prefeitura Municipal.

 2 - O prefeito, com base nos documentos referidos no parágrafo anterior e tendo em vista a natureza da obra ou conjunto de obras, os benefícios para os usuários, o nível de renda dos contribuintes e o volume ou quantidade de equipamentos públicos existentes na sua zona de influência, poderá mediante prévia autorização legislativa específica reduzir, em até 50% (cinqunta por cento) o limite total a que se refere este Artigo.

SEÇÃO II

DA BASE DE CÁLCULO

Artigo 213 - A base de cáculo do tributo é a valorização imobiliária decorrente da execução da obra pública e apurada de acordo com os seguintes critérios:

- I - Delimitação em planta da zona de influência da obra;
- II - Divisão da zona de influência em faixas definidas através de índices de hierarquização de valorização dos imoveis, se for o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

- III - Individualização, com base na zona de influência e índices de hierarquização em cada faixa;
IV - Distribuo dos índices de hierarquização em função do valor imobiliário alcançado pelo movel aps a execução da obra deduzido daquele alcançado anteriormente  execução da mesma.
V - Cculo da contribuição de melhoria relativa a cada movel mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$CMI = \frac{C}{IH} \cdot IH$$

onde:

CMI = contribuição de melhoria relativa a cada movel

C = custo da obra a ser ressarcido

IH = ndice de hierarquização da valorização de cada movel

IH = somatória dos índices de hierarquização de valorização de todos os movs da zona de influência.

 1 - Os valores imobiliários descritos no inciso IV deste Artigo constarão de Plantas Genéricas, elaboradas especificamente para essa finalidade.

É 2 - Na apuração da base de cáculo não serão consideradas as obras realizadas no movel pelo contribuinte durante a execução da melhoria.

SEÇÃO III

DA DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA E FIXAÇÃO DOS ÍNDICES DE HIERARQUIZAÇÃO

Artigo 214 - Para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto serão definidos sua zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de valorização dos movs nela localizados.

Artigo 215 - Tanto as zonas de influência como os índices de hierarquização de valorização, bem como a Planta Genérica que antecederem o início da obra serão aprovados pelo Prefeito com base em proposta elaborada por Comissão previamente designada pelo Chefe do Executivo, para obras ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto.

Artigo 216 - A Comissão a que se refere o Artigo anterior terá a seguinte composição:

I - três (3) membros de livre escolha do Prefeito, dentre os Servidores Municipais;

II - um (1) membro indicado pelo Poder Legislativo dentre os seus integrantes;

III - um (1) membro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA;

IV - um (1) membro do Conselho Regional de Corretores de movs - CRECI;

V - um (1) membro representante da Associação de Bairros onde se realizar a obra.

 1 - As entidades discriminadas nos incisos II a V, não indicando os seus representantes até 15 (quinze) dias aps oficiadas pelo Prefeito, este nomeará dentre representantes dessas entidades, aqueles que comporão a Comissão.

 2 - A Comissão encerrará seu trabalho prévio com a entrega da proposta definindo a zona de influência da obra ou conjunto de obras, bem como os respectivos índices de hierarquização de valorização e



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Plantas Genéricas que antecederam o início da obra.

 3 - A proposta a que se refere o parágrafo anterior será fundamentada em estudos, análises e conclusões, tendo em vista o contexto em que se insere a obra ou conjunto de obras nos seus aspectos sócio-econmicos e urbanísticos.

 4 - Até 30 (trinta) dias após a conclusão da obra ou conjunto de obras, a Comissão deverá entregar ao Prefeito nova Planta Genérica que reflita a valorizao dos imóveis dentro da zona de influência.

 5 - Os rgos da Prefeitura fornecerão todos os meios e informaes solicitados pela Comissão, para o cumprimento de seus objetivos.

SEO IV

DA COBRANÇA

Artigo 217 - Para a cobrança da contribuio de melhoria, a Administrao fará publicar edital contendo, entre outros, os seguintes elementos:

- I - memorial descritivo da obra e seu custo total;
- II - determinao da parcela do custo total a ser ressarcida pela contribuio de melhoria;
- III - delimitao da zona de influência e os respectivos índices de hierarquizao de valorizao dos imóveis;
- IV - relao dos imóveis localizados na zona de influência, sua área territorial e a faixa a que pertencem;
- V - valor da contribuio de melhoria correspondente a cada imóvel.

Parágrafo nico - O disposto neste Artigo aplica-se também aos casos de cobrança da contribuio de melhoria por obras públicas em execuo constantes de projetos ainda não concluidos.

Artigo 218 - O prazo de impugnao de qualquer dos elementos constantes do edital referido no Artigo 217  de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicao do mesmo, cabendo ao impugnante o nus da prova, devidamente fundamentada, através de comprovao técnica satisfatória.

 1 - A impugnao deverá ser dirigida à Administrao Pública através de petio que servirá para o início do procedimento administrativo fiscal.

 2 - Os requerimentos da impugnao, de reclamao, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento da obra e nem terá efeito de obstar a Administrao Pública da prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuio de melhoria.

Artigo 219 - O contribuinte será notificado dos seguintes elementos:

- I - valor da contribuio de melhoria lançada;
- II - prazo de pagamento, número e valor inicial das prestaes e respectivos vencimentos;
- III - prazo para impugnao, que não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da notificao;
- IV - local de pagamento.

Parágrafo nico - Dentro do prazo que lhe for concedido na notificao de lançamento, o contribuinte poderá apresentar ao órgão lançador reclamao contra:

- I - erro na localizao do imóvel;
- II - cálculo dos índices atribuídos;
- III - valor da contribuio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

IV - número de prestaes.

Artigo 220 - O pagamento da contribuição de melhoria será feito em até 60 (sessenta) prestaes mensais.

 1 - Desconto de 10% (dez por cento), para pagamento  vista.

 2 - Considera-se pagamento  vista, para efeito do disposto no parágrafo anterior, aquele efetuado na data de recebimento do aviso de lançamento ou, no máximo, até 15 (quinze) dias após aquela data.

Artigo 221 - O contribuinte que deixar de pagar a contribuição de melhoria nos prazos fixados ficará sujeito:

I -  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, até o último dia útil do mês do vencimento do tributo;

II -  multa moratória a razão de 3% (três por cento) sobre o valor do débito, a partir do 1 (primeiro) dia útil do mês subsequente do vencimento do tributo;

III -  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor do débito.

LIVRO II

DAS NORMAS GERAIS

TÍTULO I

DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Artigo 222 - A expressão "legislação tributária" compreende as leis, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações jurídicas a eles pertinentes.

Artigo 223 - Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos ou a sua redução;

III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;

IV - a fixação da alíquota de tributo e de sua base de cáculo;

V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nelas definidas;

VI - as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.

 1 - Equipara-se  majoração do tributo a modificação da sua base de cáculo que importe em tornlo mais oneroso.

 2 - Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste Artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cáculo.

Artigo 224 - O contido e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 225º - São normas complementares das Leis e decretos:

- I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
- II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;
- III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
- IV - os convênios celebrados entre o Município, a União e o Estado.

Artigo 226º - Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra sua publicação os dispositivos da lei:

- I - que instituem ou majorem tributos;
- II - que definam novas hipóteses de incidência;
- III - que extinguem ou reduzam isenções, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

Artigo 227º - A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

TÍTULO II

DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 228º - A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º - A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e se extingue juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º - A obrigação acessória decorre da legislação tributária, tem por objeto as prestações positivas ou negativas nela previstas, no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º - A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

CAPÍTULO II

DO FATO GERADOR

Artigo 229º - Fato gerador da obrigação principal é a situação definida neste código como necessária



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

suficiente para justificar lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Artigo 230 - Fato gerador da obrigao acessória é qualquer situao que, na forma da legislao tributária do Município, imponha a prática ou a absteno de ato que não configure obrigao principal.

Artigo 231 - Salvo disposio de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

- I - tratando-se de situao de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são prrios;
- II - tratando-se de situao jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

Artigo 232 - Para os efeitos no inciso II do Artigo anterior e salvo disposio de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

- I - sendo suspensiva a condio desde o momento de seu implemento;
- II - sendo resolutória a condio desde o momento da prática do ato ou da celebrao do negócio.

Artigo 233 - A definio legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

- I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu sujeito ou dos seus efeitos;
- II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

CAPÍTULO III

DO SUJEITO ATIVO

Artigo 234 - Na qualidade de sujeito ativo da obrigao tributária, o Município de Guatapar é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para arrecadar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subsequentes.

 1 - A competência tributária  indelegável, salvo a atribuio das funoes de arrecadar ou fiscalizar tributos ou de executar leis, atos ou decisoes administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa jurídica de direito público.

 2 - Não constitui delegao de competência o cometimento a pessoas de direito privado do encargo ou funo de arrecadar tributos.

CAPÍTULO IV

DO SUJEITO PASSIVO

SEO I

DAS DISPOSIOES GERAIS

Artigo 235 - Sujeito passivo da obrigao principal é a pessoa física ou jurídica, obrigada nos termos deste código, ao pagamento dos tributos ou penalidades pecuniárias de competência do Município ou impostos por ele.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único - O sujeito passivo da obrigação principal será considerado:

- I - contribuinte, - quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
- II - responsável, - quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa neste código.

Artigo 236º - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos previstos na legislação tributária do Município.

Artigo 237º - Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

Artigo 238º - São solidariamente obrigadas:

- I - as pessoas que, embora não expressamente designadas neste código, tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;
- II - as pessoas expressamente designadas neste código.

Parágrafo Único - A solidariedade referida neste Artigo não comporta benefício de ordem.

Artigo 239º - Salvo disposição de lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

- I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
- II - a isenção ou remissão de crédito tributário exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles substituindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
- III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

SEÇÃO II

DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Artigo 240º - A capacidade tributária passiva independe:

- I - da capacidade civil das pessoas naturais;
- II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
- III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

SEÇÃO III

DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Artigo 241º - Ao contribuinte ou responsável é facultado escolher e indicar ao Fisco o seu domicílio tributário, assim entendido o lugar onde desenvolve sua atividade, responde por suas obrigações e pratica os demais atos que constituam ou possam vir a constituir obrigação tributária.

§ 1º - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, a de habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que deram origem  obrigação, o de cada estabelecimento;

III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do município.

 2 - Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se- como domicílio tributário do contribuinte ou responsável, o lugar da situação dos fatos ou da ocorrência dos atos ou fatos que derem origem  obrigação respectiva.

 3 - A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, sua localização, acesso ou quaisquer outras características que impossibilitem ou dificultem a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se, então, a regra do parágrafo anterior.

 4 - No caso de alteração do domicílio tributário eleito pelo contribuinte ou responsável, este ou aquele deverão, obrigatoriamente, comunicar  repartição competente o novo endereço, dentro do prazo de trinta (trinta) dias, contados da ocorrência da referida alteração.

 5 - Ao contribuinte ou responsável que não cumprirem o disposto no parágrafo 4, retro, será aplicada multa correspondente a R\$.50.00 (cinquenta reais) na data da lavratura do auto de infração.

Artigo 242 - O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, reclamações, recursos, declarações, guias, consultas e qualquer outro documento dirigido ou apresentado à autoridade administrativa.

CAPÍTULO V

DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I

DA DISPOSIÇÃO GERAL

Artigo 243 - Sem prejuízo do disposto neste Capítulo a lei pode atribuir, de modo expresse, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a esse em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

SEÇÃO II

DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Artigo 244 - Os créditos tributários relativos ao imposto predial e territorial urbano, as taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou as contribues de melhoria sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo nico - No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Artigo 245 - São pessoalmente responsáveis:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

I - o adquirente ou remitante, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos, sem que tenha havido prova de sua quitao;

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da partilha ou adjudicao, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meao;

III - o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

Artigo 246 - A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformao, cisão ou incorporao de outra  responsável pelos tributos devidos, até a data do ato.

Parágrafo nico - O disposto neste Artigo aplica-se aos casos de extino de pessoas jurídicas de direito privado, quando a explorao da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Artigo 247 - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial, produtor, de prestao de serviços ou profissional, e continuar a respectiva explorao, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a explorao do comércio, indústria ou atividade;

II - subsidiariamente com o alienante, se esse prosseguir na explorao ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienao, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria, produo, prestao de serviços ou profissão.

SEO III

DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Artigo 248 - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigao principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com esse nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o síndico e o comissrio, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeles, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidao de sociedade de pessoas.

VIII - os administradores, no caso de liquidao de sociedades por aes.

Parágrafo nico - O disposto neste Artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Artigo 249 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigaes tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infrao de lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no Artigo anterior;

II - os mandatrios, prepostos e empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO IV

DA RESPONSABILIDADE POR INFRAOES

Artigo 250° - Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infraoes da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Artigo 251° - A responsabilidade é pessoal ao agente:

I - quanto às infraoes conceituadas por lei como crimes ou contravenoes, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infraoes em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infraoes que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no Artigo 248, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatrios, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra essas.

Artigo 252° - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa da apuração.

Parágrafo nico - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

TÍTULO III

DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIOES GERAIS

Artigo 253° - O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza dessa.

Artigo 254° - As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou privilégios a ele atribuídos ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Artigo 255° - O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos neste código, fora dos quais não podem ser dispensadas sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei,  sua efetivação ou às respectivas garantias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO ÚNICA

DO LANÇAMENTO

Artigo 256º - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Único - A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Artigo 257º - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador de obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliados os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, nesse último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º - O disposto neste Artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Artigo 258º - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I - Impugnação do sujeito passivo;

II - recurso de ofício;

III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no Artigo 260.

Artigo 259º - O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I - lançamento por declaração - quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação;

II - lançamento direto - quando feito unilateralmente pela autoridade tributária, sem intervenção do contribuinte;

III - lançamento por homologação - quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento do tributo, sem prévio exame da autoridade administrativa, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.

§ 1º - O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso III deste Artigo, extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.

§ 2º - Na hipótese do inciso III deste Artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando a extinção total ou parcial do crédito; tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

§ 3º - É de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso III deste Artigo, expirado esse prazo, sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

§ 4º - Nas hipóteses dos incisos I e III deste Artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise reduzir ou excluir tributo, só será admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

§ 5º - Os erros contidos na declaração a que se referem os incisos I e III deste Artigo, apurados quando do seu exame, serão retificados de ofício pela autoridade administrativa à qual competir a revisão.

Artigo 260º - O lançamento é efetivado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I - quando a lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o Artigo 259, inciso III, parágrafos 1º e 2º;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que, no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo Único - A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Artigo 261º - O pagamento da obrigação tributária, objeto de lançamento anterior, será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte em consequência de revisão de que trata o Artigo anterior.

Parágrafo Único - O lançamento complementar resultante de revisão não invalida o lançamento anterior.

Artigo 262º - Encerrado o exercício financeiro a repartição competente providenciará a inscrição dos débitos fiscais em dívida ativa, por contribuinte.

Parágrafo Único - Independentemente, porém, do término do exercício financeiro, os débitos fiscais, não pagos em tempo hábil, poderão ser inscritos na dívida ativa municipal imediatamente após os seus vencimentos.

65

066



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

CÁPITULO III DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 263 - Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I - moratória;
- II - o depósito do seu montante integral;
- III - as reclamações e os recursos, nos termos dos Artigos 267, 375 e 378;
- IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Parágrafo nico - A suspensão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

SEÇÃO II DA MORATÓRIA

Artigo 264 - A moratória somente pode ser concedida por lei:

- I - em caráter geral;
- II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa.

Artigo 265 - A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificar, sem prejuizo de outros requisitos:

- I - o prazo de duração do favor;
- II - as condições da concessão do favor em caráter individual;
- III - sendo caso:

- a) os tributos a que se aplica;
- b) o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I,

podendo atribuir a fixação de uns e de outros  autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual.

Artigo 266 - Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos  data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo nico - A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

Artigo 267 - A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada, de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o acrescido de juros de mora:

- I - com imposição de penalidade cabivel, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;
- II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

Parágrafo nico - No caso do inciso I deste Artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito  cobrança do crédito; no caso

✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

do inciso II deste Artigo, a revogação são pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

CAPÍTULO IV

DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DA MODALIDADE DE EXTINÇÃO

Artigo 268 - Extinguem o crédito tributário:

I - o pagamento;

II - a compensação;

III - a transação;

IV - a remissão;

V - a prescrição e a decadência;

VI - a conversão de depósito em renda;

VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no Artigo 259, inciso III, parágrafo 3;

VIII - a consignação em pagamento, quando julgada procedente;

IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ao anulatória;

X - a decisão judicial passada em julgado.

SEÇÃO II

DO PAGAMENTO

Artigo 269 - O pagamento será efetuado em moeda corrente ou em cheque.

Parágrafo nico - O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate desse pelo sacado.

Artigo 270 - O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I - quando parcial, das prestações em que se decompo;

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Artigo 271 - A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário, nem desonera o cumprimento da obrigação acessória.

Artigo 272 - Os juros moratórios resultantes da impontualidade de pagamento serão cobrados do dia seguinte ao do vencimento e  razão de 1% (um por cento) ao mês calendário, ou frao, e calculados sobre o valor do débito, atualizado monetariamente.

Artigo 273 - A correção monetária incidirá mensalmente sobre os créditos fiscais decorrentes de tributos ou penalidades não liquidados na data de seus vencimentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 274 - As multas incidentes sobre os créditos tributários vencidos e não pagos serão calculadas em função dos tributos corrigidos monetariamente.

Parágrafo nico - As multas devidas, não proporcionais ao valor do tributo, serão também corrigidas monetariamente a partir do seu vencimento.

Artigo 275 - Os débitos tributários para com a Fazenda Municipal, inscritos ou não como dívida ativa do Município, poderão ser parcelados, desde que vencidos e não pagos em tempo hábil.

 1 - Os débitos que forem objeto de parcelamento serão consolidados na data de sua concessão.

 2 - Considera-se consolidação, para efeito do disposto no parágrafo anterior, o acréscimo, ao valor originário do débito, da correção monetária, da multa de mora, dos juros moratórios e demais cominações legais.

 3 - O valor do débito consolidado, será dividido pelo número de parcelas mensais concedidas.

 4 - O valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros moratórios na forma da legislação pertinente.

 5 - Para efeito de pagamento, o valor em moeda corrente de cada parcela mensal desta no dia do pagamento.

 6 - Os débitos poderão ser parcelados:

I - em até 04 (quatro) parcelas mensais, quando o montante do débito corrigido for inferior a 100,00 (cem reais).

II - Em até 08 (oito) parcelas mensais, quando o montante do débito corrigido for igual ou superior a 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e inferior a 760,00 (setecentos e sessenta reais).

III - Em até 12 (doze) parcelas mensais, quando o montante do débito corrigido for igual ou superior a 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

 7 - O valor das parcelas previstas no parágrafo anterior não poderá ser inferior  R\$.20,00 (vinte reais).

 8 - O parcelamento de que trata este Artigo deverá ser requerido pelo interessado mediante o pagamento da respectiva taxa.

 9 - O não pagamento de duas parcelas sucessivas importará no automático vencimento antecipado das demais, sendo vedado o parcelamento do saldo remanescente devedor.

SEÇÃO III

DO PAGAMENTO INDEVIDO

Artigo 276 - O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto,  restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Artigo 277 - A restituição de tributos que compotem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou no caso de t-lo transferido a terceiro, estar por esse expressamente autorizado a recebê-la.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 278º - A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes à infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

§ 1º - As importâncias a serem restituídas serão atualizadas monetariamente na forma da lei.

§ 2º - A restituição vence juros não capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Artigo 279º - O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II, do Artigo 259, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III, do Artigo 259, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Artigo 280º - Prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

SEÇÃO IV

DAS DEMAIS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Artigo 281º - A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I - de recusa de recebimento ou subordinação desse ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal;

III - de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

§ 1º - A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante propõe-se a pagar.

§ 2º - Julgada procedente a consignação, o pagamento reputa-se efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Artigo 282º - A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

Parágrafo Único - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo a lei determinará, para os efeitos deste Artigo, a apuração do seu montante não podendo, porém, cominar redução maior que a correspondente ao juro de 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

Artigo 283º - A lei pode facultar, nas condições que estabeleça aos sujeitos ativo e passivo da



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

obrigação tributária, celebrar transação que, mediante concessoes mútuas, importe em determinação de litígio e conseqüente extinção do crédito tributário.

Parágrafo nico - A lei indicará a autoridade competente para autorizar a transação em cada caso.

Artigo 284 - A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- I -  situação econmica do sujeito passivo;
- II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto  matéria de fato;
- III -  diminuta importância do crédito tributário;
- IV - a consideração de equidade em relação com as características pessoais ou materiais do caso;
- V - a condioes peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo nico - O despacho referido neste Artigo não gera direito adquirido aplicando-se, quando cabivel, o disposto no Artigo 260.

Artigo 285 - O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

- I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo nico - O direito a que se refere este Artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Artigo 286 - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

 1 - A prescrição interrompe-se:

- I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação;
- II - pelo protesto judicial;
- III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito.

 2 - Não correrá o prazo de prescrição, enquanto não localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora.

Artigo 287 - Ocorrendo a decadência ou a prescrição, e não tendo sido elas interrompidas na forma dos parágrafos únicos dos Artigos 285 e 286, abrir-se- inqrito administrativo para purar as responsabilidades, na forma da legislação aplicável.

 1 - O servidor fazendário responderá civil e administrativamente pela decadência e prescrição de créditos tributários sob sua responsabilidade, cabendo-lhe indenizar o Município pelos créditos tributários que deixaram de ser constituídos e ou recolhidos.

 2 - Constitui falta de exação no cumprimento do dever o servidor fazendário que deixar decair ou prescrever créditos tributários sob sua responsabilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO V

DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 288º - Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo Único - a exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou delas consequente.

SEÇÃO II

DA ISENÇÃO

Artigo 289º - A isenção é a dispensa do pagamento de tributo em virtude de disposição expressa neste Código ou em lei a ele subsequente.

Artigo 290º - A isenção será efetivada:

I - em caráter geral quando a lei que a conceder não impuser condição aos beneficiários;

II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa competente, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.

§ 1º - O requerimento referido no inciso II deste Artigo deverá ser apresentado:

a) no caso dos Impostos Predial e Territorial Urbano e sobre serviços, devido por profissionais autônomos ou sociedade de profissionais, até o vencimento do prazo final fixado em cada ano para pagamento dos mencionados tributos;

b) no caso do Imposto Sobre Serviços lançado por homologação, até o vencimento do prazo final fixado para o primeiro pagamento, no ano.

§ 2º - A falta do requerimento fará cessar os efeitos da isenção e sujeitará o crédito tributário respectivo às formas de extinção previstas neste Código.

§ 3º - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para os demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se àquela documentação.

§ 4º - O despacho a que se refere este Artigo não gera direitos adquiridos, sendo a isenção revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito corrigido monetariamente, acrescido de juros de mora:

a) com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

b) sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 5º - O lapso de tempo entre a efetivação e a revogação da isenção não é computado para efeito de prescrição do direito de cobrança do crédito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

SEAO III

DA ANISTIA

Artigo 291 - A anistia abrange exclusivamente as infraoes cometidas anteriormente  vigência da lei que a conceda, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenoes e aos que, mesmo sem essa qualificaao, sejam praticados com dolo, fraude ou simulaçao pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - salvo disposiao em contrário, as infraoes resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Artigo 292 - A anistia pode ser concedida:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) s infraoes da legislaao relativa a determinado tributo;

b) s infraoes punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território da entidade tributante, em funao de condioes a ela peculiares;

d) sob condiçao do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixaao seja atribuída pela mesma lei  autoridade administrativa.

Artigo 293 - A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condioes e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

Parágrafo nico - O despacho referido neste Artigo não gera direito adquirido, aplicando-se quando cabível o disposto no Artigo 260.

TÍTULO V

DA ADMINISTRAAO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I

DO CADASTRO FISCAL

Artigo 294 - Caberá ao Fisco organizar e manter completo e atualizado o Cadastro Fiscal do Município, que compreender:

I - Cadastro Imobiliário Fiscal;

II - Cadastro Mobiliário de Contribuintes.

Artigo 295 - O Cadastro Imobiliário Fiscal será constituído de todos os imóveis situados no território do Município sujeitos ao imposto predial e territorial urbano e às taxas de serviços urbanos e rurais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 296° - O Cadastro Mobiliário de Contribuintes será constituido de todas as pessoas, físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades industriais, comerciais, rurais, de prestação de serviços e outras.

Artigo 297° - A inscrição no Cadastro Fiscal, sua retificação, alteração ou baixa serão efetivadas com base em declarações prestadas pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, ou em levantamentos efetuados pelos servidores fazendários.

Artigo 298° - As declarações para inscrição no cadastro a que se refere o Artigo 296 deverão ser prestadas antes do início das atividades respectivas.

Artigo 299° - A inscrição será permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar  reparto competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ocorrência do fato, as alterações havidas em quaisquer das características mencionadas nos modelos dos formulários oficiais próprios.

Artigo 300° - As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável não implicam a aceitação pelo Fisco, que poderá revê-las a qualquer época, independente de prévia ressalva ou comunicação.

Artigo 301° - A obrigatoriedade da inscrição estende-se às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.

CAPÍTULO II

DA FISCALIZAÇÃO

Artigo 302° - Compete à unidade administrativa de finanças a fiscalização do cumprimento da legislação tributária.

Artigo 303° - A legislação tributária municipal aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não inclusive às que gozem de imunidade ou isenção.

Artigo 304° - Para os efeitos da legislação tributária não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, industriais, prestadores de serviços ou produtores rurais, ou da obrigação de exib-los.

Parágrafo nico - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Artigo 305° - Mediante intimação escrita são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I - os tabelles, escrites e demais serventrios de ofício;
- II - os bancos, caixas econmicas e demais instituições financeiras;
- III - as empresas de administração de bens;
- IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo Único - A obrigação prevista neste Artigo não abrange a prestação de informações quando os fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Artigo 306º - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo Único - Excetuam-se do disposto neste Artigo unicamente os casos previstos no Artigo seguinte e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

Artigo 307º - A Fazenda Pública Municipal poderá prestar e receber assistência das Fazendas Públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

Artigo 308º - A autoridade administrativa municipal poderá requisitar o auxílio de força Policial quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

CAPÍTULO III

DA DÍVIDA ATIVA

Artigo 309º - Constitui dívida ativa tributária do município a proveniente de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas tributárias de qualquer natureza, correção monetária e juros de mora, regularmente inscritos na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela legislação tributária ou por decisão final proferida em processo regular.

Artigo 310º - Constitui dívida ativa não tributária os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxa de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem como os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

Artigo 311º - A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.

§ 1º - A presunção a que se refere este Artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a quem a aproveite.

§ 2º - A fluência de juros de mora e a aplicação dos índices de correção monetária não excluem a



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

liquidez do crédito.

Artigo 312º - O termo de inscrição da dívida ativa conterá, obrigatoriamente:

I - O nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - O valor originário da dívida a que corresponde, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição no registro de dívida ativa; e

VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º - A certidão da dívida ativa conterá, além dos previstos neste Artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição e será autenticada pela autoridade competente.

§ 2º - As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando oriundas de vários tributos, poderão ser englobadas na única certidão.

§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior a ocorrência de qualquer forma de suspensão, extinção ou exclusão de crédito tributário não invalida a certidão, nem prejudica os demais créditos, objeto da cobrança.

§ 4º - O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste Artigo.

Artigo 313º - A cobrança da dívida tributária do Município será procedida:

I - por via amigável - quando processada pelos órgãos administrativos competentes;

II - por via judicial - quando processada pelos órgãos judiciários, seguindo as normas estabelecidas pela Lei Federal n.º 6.830 de 22 de setembro de 1980.

Parágrafo Único - As duas vias a que se refere este artigo são independentes uma da outra, podendo a Administração, quando o interesse da Fazenda assim o exigir, providenciar a cobrança judicial, após notificação para acerto amigável.

Artigo 314º - Aos débitos fiscais inscritos na dívida ativa do Município aplica-se o disposto no Artigo 268, a requerimento do interessado.

CAPÍTULO IV

DA CERTIDÃO NEGATIVA

Artigo 315º - A prova de quitação do crédito tributário será feita, exclusivamente, por certidão negativa regularmente expedida pelo órgão administrativo competente.

Artigo 316º - A prova da quitação de determinado tributo será feita por certidão negativa expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo Único - A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 15 (quinze) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

75



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 317 - A expedição de certidão negativa não exclui o direito de a Administração exigir, a qualquer tempo, os créditos tributários que venham a ser apurados.

Artigo 318 - Terá os mesmos efeitos de certidão negativa aquela que consigne a existência de créditos tributários não vencidos, em curso de cobrança executiva, em que tenha sido efetivada a penhora ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Artigo 319 - A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o servidor que a expedir pelo crédito tributário e pelos demais acréscimos legais.

Parágrafo nico - O disposto neste Artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que couber e  extensivo a quantos colaborarem, por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

Artigo 320 - A venda, cessão ou transferência de qualquer espécie de estabelecimento comercial, industrial, produtor rural ou de prestação de serviços de qualquer natureza não poderá efetivar-se sem a apresentação da certidão negativa dos tributos a que estiverem sujeitos esses estabelecimentos, sem prejzulo da responsabilidade solidária do adquirente, cessionário ou de quem quer que os tenha recebido em transferência.

Artigo 321 - Sem prova, por certidão negativa ou por declaração de isenção ou de reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou quaisquer outros nus relativos ao imóvel até o ano da operação, inclusive, os escrivães, tabeliães e oficiais de registro não poderão lavrar ou registrar quaisquer atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação.

Parágrafo nico - A certidão será obrigatoriamente referida nos atos de que trata este Artigo.

TÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIOES GERAIS

Artigo 322 - Este título regula as disposioes gerais do procedimento tributário, as medidas preliminares, os atos iniciais da exigência do crédito tributário do município decorrentes de impostos, taxas, contribuioes de melhoria, penalidades, demais acréscimos, consulta e o processo administrativo tributário.

SEÇÃO I

DOS PRAZOS

Artigo 323 - Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, exclundo-se na sua contagem o dia do início e incluíndo-se o do vencimento.

Parágrafo nico - A autoridade administrativa competente poderá fixar o prazo em dias ou a data certa para o pagamento das obrigaoes tributárias, ou simplesmente o mês do vencimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 324º - Os prazos só se iniciam ou se vencem em dia de expediente normal no órgão em que tramite o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 1º - Não ocorrendo a hipótese prevista neste Artigo, o início ou o fim do prazo será transferido ou prorrogado para o primeiro dia de expediente normal ao anteriormente fixado.

§ 2º - Para os casos em que o vencimento ocorre dentro do mês, o prazo final será no último dia útil de expediente normal no órgão em que tramite o processo ou deva ser praticado o ato.

SEÇÃO II

DA CIÊNCIA DOS ATOS E DECISÕES

Artigo 325º - A ciência dos atos e decisões far-se-á:

I - pessoalmente ou a representante, mandatário ou preposto, mediante recibo datado e assinado ou com menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;

II - por carta registrada com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém do seu domicílio;

III - por edital, integral ou resumido, se desconhecido o domicílio tributário.

§ 1º - Quando o edital for de forma resumida deverá conter todos os dados necessários à plena ciência do intimado.

§ 2º - Quando em um mesmo processo, for interessado mais de um sujeito passivo, em relação a cada um deles serão atendidos os requisitos fixados nesta seção para as intimações.

Artigo 326º - A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recebimento;

II - quando por carta, na data do recibo de volta e, se for essa omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;

III - quando por edital, 30 (trinta) dias após a data da afixação ou da publicação.

Artigo 327º - Os despachos interlocutórios que não afetem a defesa do sujeito passivo independem de intimação.

SEÇÃO III

DA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

Artigo 328º - A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e contera, obrigatoriamente:

I - a qualificação do notificado e as características do imóvel, quando for o caso;

II - o valor do crédito tributário, sua natureza e o prazo para recolhimento e impugnação;

III - a disposição legal infringida, se for o caso, e o valor da penalidade;

IV - a assinatura do chefe do órgão expedidor, ou do servidor autorizado, e a indicação do seu cargo ou função.

Parágrafo Único - Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo mecanográfico ou eletrônico.

Artigo 329º - A notificação do lançamento será feita na forma do disposto nos Artigos 325 e 326.

078



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO FISCAL

Artigo 330 - O procedimento fiscal terá inicio com:

- I - a lavratura de termo de inicio de fiscalizao;
- II - a lavratura de termo de apreensão de bens, livros ou documentos;
- III - a notificao preliminar;
- IV - a lavratura de auto de infrao e imposio de multa;
- V - qualquer ato escrito da administrao que caracterize o inicio de apurao do crédito tributário.

Parágrafo nico - O inicio do procedimento fiscal exclui a espontaneidade do sujeito passivo, para todos os efeitos, em relao a atos anteriores e, independentemente de intimao, a dos demais envolvidos nas infraoes verificadas.

Artigo 331 - A exigência do crédito tributário será formalizada em auto de infrao e imposio de multa, notificao de lançamento, distinto por tributo.

Parágrafo nico - Quando mais de uma infrao  legislao de um tributo decorrer do mesmo fato e a comprovao do ilicito depender dos mesmos elementos de convico, a exigência será formalizada em um só instrumento e alcançará todas as infraoes e infratores.

Artigo 332 - O processo será organizado em forma de auto forense e em ordem cronológica e terá suas folhas e documentos rubricados e numerados.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS PRELIMINARES

SEO I

DO TERMO DE FISCALIZAO

Artigo 333 - A autoridade que presidir ou proceder a exames e diligências lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, consignando a data de inicio e final, o periodo fiscalizado, os livros e documentos examinados os dados cadastrais da pessoa física ou jurídica fiscalizada, e o que mais possa interessar.

 1 - O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalizao ou a constatao da infrao, em livro de escrita fiscal ou em separado, hipótese em que o termo poderá ser datilografado ou impresso em relao às palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos  mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.

 2 - Em sendo o termo lavrado em separado, ao fiscalizado ou infrator dar-se- cópia do termo autenticado pela autoridade, contra recibo no original.

 3 - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do termo de fiscalizao, não implica confissão nem a sua falta ou recusa agravar a pena

 4 - Iniciada a fiscalizao, o agente fazendário terá o prazo de 30 (trinta) dias para conclui-la, salvo quando submetido o contribuinte ao regime especial de fiscalizao.

 5 - Atendendo a circunstâncias especiais, o prazo referido no parágrafo anterior, em despacho

✓
A



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

fundamentado, poderá ser prorrogado:

- I - por 15 (quinze) dias, pelo chefe da repartio competente
- II - Por 30 (trinta) dias, pelo Secretário Municipal competente que, se necessário, determinará uma segunda prorrogao pelo prazo necessário a sua conclusão.

SEO II

DA APREENSÃO DE BENS, LIVROS E DOCUMENTOS

Artigo 334 - Poderão ser apreendidos os bens móveis, inclusive mercadorias, livros ou documentos em poder do contribuinte, do responsável ou de terceiros, que constituam prova material de infrao estabelecida na legislao tributária.

Artigo 335 - Da apreensão lavrar-se- auto com os elementos do auto de infrao, observando-se, no que couber, o disposto no Artigo 336.

Parágrafo nico - Do auto de apreensão constarão a descrio dos bens, mercadorias, livros ou documentos apreendidos, a indicao do lugar onde ficarão depositados e do nome do depositário, podendo a designao recair no próprio detentor, se for idneo, a juízo do atuante.

Artigo 336 - Os livros ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do atuado, ser-lhe devolvidos, mediante recibo, ficando no processo cópia de inteiro teor a parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Parágrafo nico - Os bens apreendidos serão restituídos, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, e passado recibo, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Artigo 337 - Se o atuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberao dos bens apreendidos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a leilão.

 1 - Quando a apreensão recair em bens de fácil deteriorao, estes poderão ser doados, a critério da Administrao, a associao de caridade e demais entidades de assistência social.

 2 - Apurando-se, na venda, em hasta pública ou leilão, importância superior ao tributo,  multa e acréscimos devidos, será o atuado notificado para receber o excedente, no prazo de 10 (dez) dias, decorridos os quais, o valor será depositado em conta poupança vinculada junto à Instituio Financeira oficial.

CAPÍTULO IV

DOS ATOS INICIAIS

SEO I

DA NOTIFICAO PRELIMINAR

Artigo 338 - Verificando-se qualquer infrao  Legislao Tributária Municipal, desde que, não implique em falta ou atraso no pagamento de tributos, será expedida, contra o infrator, Notificao Preliminar, para que, no prazo que não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas e nem superior a 05 (cinco) dias úteis, regularize a sua situao.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

§ 1 - Esgotado o prazo de que trata este Artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se- auto de infração e imposição de multa.

§ 2 - Lavrar-se-, imediatamente, auto de infração e imposição de multa quando o sujeito passivo se recusar a receber a notificação preliminar.

§ 3 - As multas de que tratam os parágrafos 1 e 2, retro, serão impostas da seguinte forma, após decorrido o prazo de 05 (cinco) diasteis estabelecido no "caput" deste Artigo:

I - no primeiro diatil, lavrar-se- o competente Auto de Infração com a consequente imposição de multa equivalente a R\$.100,00 (cem reais);

II - nas reincidências, aplicar-se- a multa em dobro, calculada sobre a multa anteriormente aplicada, lavrando-se sempre o competente Auto de Infração;

III - as multas serão aplicadas diariamente até que o contribuinte regularize a infração cometida.

Artigo 339 - Não caberá notificação preliminar, devendo o sujeito passivo ser imediatamente autuado:

I - quando for encontrado no exercício da atividade tributável sem prévia inscrição;

II - quando deixar de recolher os tributos, dentro dos prazos previstos na Legislação Tributária Municipal, constatada pela autoridade competente, no procedimento fiscal

III - quando for manifesto o ânimo de sonegar;

IV - quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão de receita, antes de decorrido um ano, contado datima notificação preliminar.

Artigo 340 - A notificação preliminar será feita em formulário destacada de bloco ou talonário próprio, no qual ficará cópia a carbono com "ciente" do notificado, representante ou preposto, e conter os elementos seguintes:

I - Nome do notificado;

II - Local, dia e hora da lavratura;

III - Descrição do fato que a motivou e indicação do dispositivo legal de fiscalização, quando couber;

IV - Valor do tributo e da multa devidos;

V - Assinatura do notificante e do notificado.

Pargrafonico - Aplicam-se a este Artigo as disposioes constantes dos parágrafos 1 a 3 do Artigo 326.

Artigo 341 - Considera-se convencido do débito fiscal o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar da qual não caiba recurso ou defesa.

SEÇÃO II

DO AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA

Artigo 342 - Verificando-se violação da legislação tributária, por ação ou omisso, ainda que não importe em evasão fiscal, lavrar-se- o auto de infração e imposição de multa correspondente, em duas ou mais vias, sendo a primeira entregue ao infrator.

Artigo 343 - O auto será lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e deverá:

I - mencionar o local, o dia e hora da lavratura;

II - conter o nome do autuado, endereço, atividade e, quando existir, o número de inscrição no



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

cadastro da Prefeitura;

III - referir-se ao nome e endereço das testemunhas, se houver;

IV - descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes;

V - indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e o da penalidade aplicável;

VI - fazer referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando for o caso;

VII - conter intimação ao infrator para pagar os tributos, multas e acréscimos devidos, ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos;

VIII - assinatura do autuante aposta sobre a indicação de seu cargo ou função;

IX - assinatura do próprio autuado ou infrator, ou de representante, mandatário ou preposto, ou da menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura.

§ 1º - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica confissão, nem a sua falta ou recusa agravará a pena.

§ 3º - Havendo reformulação ou alteração do auto, será devolvido o prazo para pagamento e defesa do autuado.

Artigo 344º - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o auto de apreensão.

Artigo 345º - Não sendo possível a intimação na forma do inciso IX, do Artigo 343, aplica-se o disposto no Artigo 325.

Artigo 346º - Desde que o autuado não apresente defesa e efetue o pagamento das importâncias exigidas no auto de infração, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva intimação, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 50% (cinquenta por cento).

CAPÍTULO V

DA CONSULTA

Artigo 347º - Ao contribuinte ou responsável é assegurado direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária municipal, desde que protocolada antes do início da ação fiscal e com obediência às normas adiante estabelecidas.

Artigo 348º - A consulta será formulada através de petição dirigida ao responsável pela unidade administrativa, com a apresentação clara e precisa de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato e com a indicação dos dispositivos legais aplicados, instruída, se necessário, com os documentos.

Parágrafo Único - O consulente deverá elucidar se a consulta versa sobre hipótese em relação à qual ocorreu o fato gerador da obrigação tributária e, em caso positivo a sua data, bem como declarará que não está sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada.

Artigo 349º - Nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o contribuinte responsável relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta, até o 30º (trigésimo) dia subsequente à data da ciência da resposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 350 - O prazo para a resposta à consulta formulada será de 30 (trinta) dias.

Parágrafo nico - Poderá ser solicitada a emissão de parecer e a realizao de diligências, hipótese em que o prazo referido no Artigo será interrompido, começando a fluir no dia em que o resultado das diligências, ou pareceres forem recebidos pela autoridade competente.

Artigo 351 - Não produzir efeito a consulta formulada:

- I - em desacordo com o Artigo 348;
- II - por quem estiver sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;
- III - por quem tiver sido intimado a cumprir obrigao relativa ao fato objeto da consulta;
- IV - quando o fato já tiver sido objeto de decisão anterior ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;
- V - quando o fato estiver definido ou declarado em disposio literal da lei tributária;
- VI - quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários  soluço, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável pela autoridade julgadora.

Parágrafo nico - Nos casos previstos neste Artigo a consulta será declarada ineficaz e determinado o arquivamento.

Artigo 352 - Quando a resposta à consulta for no sentido da exigibilidade de obrigao cujo fato gerador já tiver ocorrido a autoridade julgadora, ao intimar o consulente para ciência da decisão, determinará o cumprimento da mesma, fixando o prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 353 - O consulente poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a onerao de eventual crédito tributário efetuando seu pagamento ou depósito obstativo, cujas importâncias serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificao do interessado.

Artigo 354 - Não cabe pedido de reconsiderao ou recurso de decisão proferida em processo de consulta.

Artigo 355 - A soluço dada à consulta terá efeito normativo quando adotada em circular expedida pela autoridade fiscal competente.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

SEO I

DAS NORMAS GERAIS

Artigo 356 - Ao processo administrativo tributário aplicam-se subsidiariamente as disposioes do processo administrativo comum.

Artigo 357 - Fica assegurada, ao contribuinte responsável, autuado ou interessado, a plena garantia de defesa e prova.

083

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 358º - O julgamento dos atos e defesas compete:

- I - em primeira instância, ao chefe da repartição competente;
- II - em segunda instância, ao Conselho de Contribuintes.

Artigo 359º - A interposição de impugnação, defesa ou recurso independe de garantia de instância.

Artigo 360º - Não será admitido pedido de reconsideração de qualquer decisão de segunda instância.

Artigo 361º - É facultado ao contribuinte responsável, autuado ou interessado, durante a fluência dos prazos, ter vista dos processos em que for parte, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Artigo 362º - Poderão ser restituídos os documentos apresentados pela parte, mediante recibo, desde que não prejudiquem a decisão, exigindo-se a sua substituição por cópias autenticadas.

Artigo 363º - Quando no decorrer da ação fiscal forem apurados novos fatos, envolvendo a parte ou outras pessoas, ser-lhe-á marcado igual prazo para apresentação de defesa no mesmo processo.

SEÇÃO II

DA IMPUGNAÇÃO

Artigo 364º - A impugnação de exigência fiscal instaura a fase contraditória.

Artigo 365º - O contribuinte, o responsável e o infrator poderão impugnar qualquer exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do lançamento ou da intimação mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Parágrafo Único - O impugnante poderá fazer-se representar por procurador legalmente constituído.

Artigo 366º - A impugnação será dirigida ao chefe da repartição competente e deverá conter:

- I - a qualificação do interessado, o número do contribuinte no cadastro respectivo e o endereço para receber a intimação;
- II - matéria de fato ou de direito em que se fundamenta;
- III - as provas do alegado e a indicação das diligências que pretenda sejam efetuadas com os motivos que a justifiquem;
- IV - O pedido formulado de modo claro e preciso.

Parágrafo Único - O servidor que receber a impugnação dará recibo ao representante.

Artigo 367º - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança.

Artigo 368º - Juntada a impugnação ao processo, ou formado este, se não houver, o mesmo será encaminhado ao autor do ato impugnado, que apresentará réplica às razões da impugnação, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

Artigo 369º - Recebido o processo com a réplica a autoridade julgadora determinará de ofício a realização das diligências que entender necessárias, fixando o prazo de 15 (quinze) dias para sua efetivação.

✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

e indeferir as prescindíveis.

Parágrafo nico - Se na diligência forem apurados fatos de que resulte crédito tributário maior do que o impugnado, será reaberto o prazo para nova impugnação, devendo do fato ser dado ciência ao interessado.

Artigo 370 - Completada a instrução do processo o mesmo será encaminhado à autoridade julgadora.

Artigo 371 - Recebido o processo pela autoridade julgadora esta decidirá, por escrito com redação clara e precisa, sobre a procedência ou improcedência da impugnação, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

 1 - A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações da impugnação e da réplica, devendo decidir de acordo com sua convicção em face das provas produzidas no processo.

 2 - No caso de a autoridade julgadora entender necessário poderá converter o julgamento em diligência, determinando as novas provas a serem produzidas e o prazo para sua produção.

 3 - A intimação da decisão será feita na forma dos Artigos 325 e 326.

Artigo 372 - O impugnante poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário, efetuando o seu pagamento ou o seu depósito obstativo, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão.

Parágrafo nico - Sendo devido o crédito tributário a importância depositada será automaticamente convertida em renda.

Artigo 373 - A autoridade julgadora recorrer de ofício, no próprio despacho, sempre que a decisão exonerar o contribuinte ou responsável do pagamento de tributo e multa, cujos valores originários, somados, sejam superiores a R\$.500,00 (quinhentos reais) na data da decisão.

SEÇÃO III

DO RECURSO

Artigo 374 - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação.

Parágrafo nico - O recurso poderá ser interposto contra toda a decisão ou parte dela.

Artigo 375 - O recurso voluntário terá efeito suspensivo da cobrança.

Artigo 376 - O Presidente do Conselho de Contribuintes designará um Conselheiro Relator do processo, podendo este converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas ou do que julgar cabivel para formar sua convicção.

Parágrafo nico - O parecer e voto do Conselheiro Relator será submetido à todos os membros do Conselho de Contribuintes, que poderá mantê-lo no todo, em parte ou não acatá-lo, nos termos de Regimento Próprio definido por Decreto do Prefeito Municipal.

Artigo 377 - A intimação será feita na forma dos Artigos 325 e 326.

Artigo 378 - O recorrente poderá fazer cessar no todo ou em parte, a oneração do crédito tributário,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

atuando o seu pagamento ou seu depósito obstativo, cujas importâncias, se indevidas, serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão.

SEÇÃO IV

DA EXECUÇÃO DAS DECISOES

Artigo 379 - São definitivas:

I - As decisoes finais de primeira instância não sujeitas ao recurso de ofício, e quando esgotado o prazo para recurso voluntário, sem que esse tenha sido interposto;

II - As decisoes finais de segunda instância.

Parágrafo nico - Tornar-se- definitiva, desde logo, a parte da decisão que não tenha sido objeto de recurso, nos casos de recurso voluntário parcial.

Artigo 380 - Transitada em julgado a decisão desfavorável ao contribuinte, responsável, autuado, o processo será remetido ao setor competente para a adoção das seguintes providências, quando cabíveis:

I - intimação do contribuinte, do responsável ou autuado, para que recolha os tributos e multas devidas, com seus acréscimos, no prazo de 30 (trinta) dias;

II - conversão em renda das importâncias depositadas em dinheiro;

III - remessa para a inscrição e cobrança da dívida;

IV - liberação dos bens, mercadorias, livros ou documentos apreendidos ou depositados.

Artigo 381 - Transitada em julgado a decisão favorável ao contribuinte, responsável ou autuado, o processo será remetido ao setor competente para restituo dos tributos e penalidades porventura pagos, bem como liberação das importâncias depositadas, se as houver.

Artigo 382 - Os processos serão arquivados com o respectivo despacho.

Parágrafo nico - Os processos encerrados serão mantidos pela administração, pelo prazo de cinco anos da data do despacho de seu arquivamento, após o que serão inutilizados.

Artigo 383 - O Conselho de Contribuintes será o órgão que, em segunda instância, analisar e julgar os processos na fase administrativa, sempre que houver recurso voluntário, e será formado por Câmaras que serão nomeadas pelo Prefeito Municipal com mandato de seus Conselheiros de 02 (dois) anos, permitida a renomeação, sendo composta cada Câmara de 07 (sete) membros, conforme segue:

- 02 Conselheiros pertencentes ao Quadro Municipal, sendo, obrigatoriamente, um do órgão fazendário e um do órgão jurídico;

- 01 Conselheiro comerciante estabelecido em Guatapar;

- 01 Conselheiro industrial estabelecido em Guatapar;

- 01 Conselheiro contador devidamente registrado no C.R.C.-SP;

- 01 Conselheiro advogado devidamente registrado na O.A.B.;

- 01 Conselheiro representante da Comunidade.

 1 - Para cada Conselheiro será nomeado um suplente.

 2 - Os trabalhos desenvolvidos pelos membros do Conselho de Contribuintes serão secretariados por servidor público municipal nomeado pelo Prefeito mediante decreto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIOES GERAIS

Artigo 384 - é facultado a autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

Artigo 385 - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com os órgãos públicos Federais, Estaduais ou Municipais, diretamente, ou por intermédio de suas Autarquias, Fundações ou Institutos, ou ainda, com Entidades Privadas, visando a facilitar a arrecadação dos tributos e demais rendas.

Artigo 386 - Ao contribuinte compete, após o procedimento legal previsto neste Código, o pagamento do principal, devidamente atualizado monetariamente, juros e multa de mora, além dos encargos inerentes, em razão da cobrança e seu débito ou dívida inscrita, executada judicialmente ou não.

 1 - Entende-se como encargos todo e qualquer nus ou obrigação acessória derivada, inclusive as de natureza social, compreendida todas as despesas que fizerem-se necessárias para a concretização da cobrança em toda a sua plenitude e celeridade.

 2 - Estes encargos para efeito de cálculo e ressarcimento deverão, obrigatoriamente, ser acoplados ao principal, devidamente atualizados monetariamente.

Artigo 387 - No que couber, esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Artigo 388 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzir seus efeitos a partir de 1 de janeiro de 2003.

097



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

Artigo 389 - Fica desde já autorizado a aplicao de qualquer mecanismo que venha ser criado pelo Conselho Monetário Nacional para correo monetário dos tributos, taxas e multas desta Lei.

Artigo 390 - Revogam-se as disposioes em contrário, especialmente a Lei Complementar Municipal n.é 080/1993, de 17 de dezembro de 1993.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DOIS.

LUIZ CARLOS STELLA
Prefeito Municipal

REGISTRADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAO E FINANÇAS, SENDO PUBLICADO NA IMPRENSA LOCAL E AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL NA DATA SUPRA.

NIVALDO APARECIDO COSTA
Secretário Municipal de Administrao e Finanças

ANDRÉ LUIZ STELLA
Chefe de Gabinete



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR 032/2002 – De 30 de dezembro de 2002.

D NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 12, 25, 36, 50, 192, 204, 221 e 275, DA LEI COMPLEMENTAR N. 031/2002, QUE ALTERA E CONSOLIDA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUATAPAR E D OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS STELLA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que a Lei lhe confere;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou em Sessões Extraordinárias realizadas nos dias 20, 26 e 30 de dezembro de 2002, o Projeto de Lei Complementar n.é 003/2002 com as Emendas, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1 - D-se nova redação aos seguintes artigos da Lei Complementar 031/2002:

O artigo 12 da Seção II, do Sub-Capítulo I, do Capítulo I, do Título III, do Livro I, da Lei Complementar 031/2002, passará a ter a seguinte redação:

Artigo 12 - A base de cáculo do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana é o valor venal do imóvel.

- a) terreno sem muro ou mureta e sem passeio calçado: 3% (três por cento);
- b) terreno com muro ou mureta, mas sem passeio calçado: 2,5% (dois e meio por cento);
- c) terreno sem muro ou mureta, mas com passeio calçado: 2,5% (dois e meio por cento);
- d) terreno com muro ou mureta e com passeio calçado: 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo nico – As alíquotas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

- a) para os terrenos com mais de mil e quinhentos metros quadrados, includos neste caso os previstos no artigo 11, parágrafo único;
- b) para os terrenos situados no mesmo setor e cadastrados em nome de um mesmo contribuinte, permanecendo a alíquota inalterada apenas para um dos lotes de menor valor venal.

O artigo 25 da Seção V, do Sub-Capitulo I, do Capitulo I, do Titulo III, do Livro I, da Lei Complementar 031/2002, e o artigo 50, da Seção V, do Sub-Capitulo II, do Capitulo I, do Titulo III, da Lei Complementar 031/2002, passarão a ter a seguinte redação:

Artigo 25 - O pagamento do Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana poderá se processar, nos prazos estipulados pelo Poder Executivo nos avisos de lançamento, da seguinte forma:

I - Desconto de 10 % (dez por cento), para pagamento  vista.

II - Em até 10 (dez) parcelas mensais, passando o valor originário da obrigação tributária a ser expresse em moeda corrente.

 1 - Considera-se pagamento  vista, para efeito do disposto no inciso I deste artigo, aquele efetuado na data de recebimento do aviso de lançamento ou, no máximo, até 15 (quinze) dias após aquela data.

 2 - Nenhuma parcela poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.

 3 - O inciso II, do artigo 25, não será aplicado em relação aos lançamentos a serem efetuados para cobrança no próximo ano de 2003, cujas parcelas mensais serão em número de 12 (doze).

Artigo 50 - O pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial Urbana poderá se processar nos prazos estipulados pelo Poder Executivo, nos avisos de lançamentos, da seguinte forma:

I - Desconto de 10 % (dez por cento), para pagamento  vista.

II - Em até 10 (dez) parcelas mensais.

 1 - Considera-se pagamento  vista, para efeito do disposto no inciso I deste artigo, aquele efetuado na data de recebimento do aviso de lançamento ou, no máximo, até 15 (quinze) dias após aquela data.

 2 - Nenhuma parcela poderá ser paga sem a prévia quitação da antecedente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

 3 - O inciso II, do artigo 50, não será aplicado em relação aos lançamentos a serem efetuados para cobrança no próximo ano de 2003, cujas parcelas mensais serão em número de 12 (doze).

O artigo 36 da Seção II, do Sub-Capítulo II, do Capítulo I, do Título III, do Livro I, da Lei Complementar 031/2002, passará a ter a seguinte redação:

Artigo 36 - A base de cáculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial Urbana é o valor venal do imóvel construido, ao qual se aplicam as alíquotas a seguir previstas:

- I - Com edificação para uso residencial.....0,5%
- II - Com edificação para uso comercial.....0,6%
- III - Com edificação para uso industrial.....0,7%
- IV - Com edificação para uso bancário.....0,8%

O artigo 192 da Seção XI, do Capítulo I, do Título IV, do Livro I, o artigo 204 da Seção III, do Capítulo II, do Título IV, do Livro I, e o artigo 221 da Seção IV, do Capítulo III, do Título IV, do Livro I, da Lei Complementar 031/2002, passarão a ter a seguinte redação:

Artigo 192 - As taxas recolhidas fora dos prazos indicados nos avisos de lançamento ficarão sujeitas aos seguintes acréscimos:

- a)  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o último dia útil do mês do vencimento do tributo;
- b)  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 1 (primeiro) dia útil do mês subsequente do vencimento do tributo;
- c)  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês incidentes sobre o valor originário, corrigido monetariamente.

Artigo 204 - As taxas recolhidas fora dos prazos indicados nos avisos de lançamento ficarão sujeitas aos seguintes acréscimos:

- a)  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até o último dia útil do mês do vencimento do tributo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

b)  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 1 (primeiro) dia útil do mês subsequente do vencimento do tributo;

c)  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês incidentes sobre o valor originário, corrigido monetariamente.

Artigo 221 - O contribuinte que deixar de pagar a contribuio de melhoria nos prazos fixados ficará sujeito:

I -  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, até o último dia útil do mês do vencimento do tributo;

II -  multa moratória a razão de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, a partir do 1 (primeiro) dia útil do mês subsequente do vencimento do tributo;

III -  cobrança de juros moratórios  razão de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor do débito.

O artigo 275 da Seo II, do Capitulo IV, do Título III, do Livro I, da Lei Complementar 031/2002, passará a ter a seguinte redao:

Artigo 275 - Os débitos tributários para com a Fazenda Municipal, inscritos ou não como divida ativa do Município, poderão ser parcelados, desde que vencidos e não pagos em tempo hábil.

 1 - Os débitos oriundos de tributos lançados parceladamente somente poderão ser objeto do parcelamento previsto neste artigo a partir do exercício subsequente ao do lançamento.

 2 - Os débitos que forem objeto de parcelamento serão consolidados na data de sua concessão.

 3 - Considera-se consolidao, para efeito do disposto no parágrafo anterior, o acréscimo, ao valor originário do débito, da correo monetária, da multa de mora, dos juros moratórios e demais cominaoes legais.

 4 - O valor do débito consolidado, será dividido pelo número de parcelas mensais concedidas.

 5 - O valor de cada parcela mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros moratórios na forma da legislao pertinente.

 6 - Para efeito de pagamento, o valor em moeda corrente de cada parcela mensal desta no dia do pagamento.

 7 - Os débitos poderão ser parcelados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

I - em até 04 (quatro) parcelas mensais, quando o montante do débito corrigido for inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

II - Em até 08 (oito) parcelas mensais, quando o montante do débito corrigido for igual ou superior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e inferior a R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais).

III - Em até 12 (doze) parcelas mensais, quando o montante do débito corrigido for igual ou superior a R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

 8 - O valor das parcelas previstas no parágrafo anterior não poderá ser inferior a R\$.20,00 (vinte reais).

 9 - O parcelamento de que trata este artigo deverá ser requerido pelo interessado mediante o pagamento da respectiva taxa.

 10 - O não pagamento de duas parcelas sucessivas importará no automático vencimento antecipado das demais, sendo vedado o parcelamento do saldo remanescente devedor.

Artigo 2- As alterações de que trata esta Lei Complementar, passarão a integrar a Lei Complementar n.é 031/2002, de 12 de novembro de 2002.

Artigo 3- Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOIS.

LUIZ CARLOS STELLA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO PREFEITO

REGISTRADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAO E FINANÇAS, SENDO PUBLICADO NA IMPRENSA LOCAL E AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL NA DATA SUPRA.


NIVALDO APARECIDO COSTA

Secretário Municipal de Administrao e Finanças


ANDRÉ LUIZ STELLA
Chefe de Gabinete